

FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE
JUNDIAÍ
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011



Orçamento Fácil
Programa de Educação Fiscal
2012



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

<http://transparencia.jundiai.sp.gov.br>

DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO

De Olho no Dinheiro Público é o nome do Portal da Transparência de Jundiaí. Nele, o cidadão/contribuinte vai encontrar informações em linguagem clara e acessível sobre a execução orçamentária e financeira da Prefeitura, em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi alterada pela Lei Complementar nº 131, em 27 de maio de 2009.

O Portal da Transparência é administrado pela Secretaria de Finanças, e foi instituído pelo Decreto Municipal nº 22.291, em 27 de maio de 2010, com a finalidade de prestar contas para o contribuinte que paga seus impostos, demonstrando-lhe, em tempo real, a destinação do dinheiro público para ações na educação, saúde, segurança, habitação, infraestrutura urbana e tantas outras áreas.

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura de Jundiaí, há seis anos, lançava uma cartilha dirigida ao cidadão, com o objetivo de divulgar, em linguagem clara e acessível, dados e informações importantes sobre o uso do dinheiro público, antecipando-se ao processo de transparência preconizado pelo governo federal.

A cartilha, que evoluiu e virou uma revista chamada de ORÇAMENTO FÁCIL, também se antecipou à lei que obrigou os municípios brasileiros a colocar na internet os dados da execução financeira do orçamento (Lei Federal Complementar nº 131/2009). A revista é apresentada na versão impressa e também na eletrônica desde seu primeiro número.

Mesmo antes da obrigatoriedade dos municípios brasileiros possuírem um portal de transparência, Jundiaí já disponibilizava informações sobre a arrecadação dos tributos e os gastos públicos em seu portal de internet, além de inúmeros serviços, como emissão de certidões e segunda via de impostos, dentre outros, todos gratuitos para o contribuinte. Uma enorme facilidade num mundo em que não podemos perder tempo.

Em paralelo, Jundiaí também criou a Consulta Pública ao Orçamento, um canal exclusivo para que o cidadão pudesse participar da elaboração do orçamento municipal. São mais de duas mil entrevistas realizadas com moradores de todos os bairros da cidade, em pesquisa de campo, cujos dados são disponibilizados

posteriormente para validação da população no portal de internet da Prefeitura. A comunicação é direta entre o cidadão e as secretarias municipais.

Depois de seis edições, quando entra em vigor a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), e o Município realiza a sua 1ª Conferência sobre Transparência e Controle Social, podemos assegurar que a opção por esses investimentos, visando a aumentar o nível de transparência e a participação da sociedade nas decisões do governo municipal, propiciaram inegáveis avanços no acompanhamento e controle do uso dos recursos e da gestão pública.

Certamente que este pioneirismo trouxe benefícios. Hoje, temos uma cidade mais bem informada e participativa, e um povo ainda mais consciente da importância do exercício da cidadania.

Esperamos que o leitor aprecie a revista, que, nesta edição, traz uma avaliação inédita dos dez anos das finanças de Jundiaí e informações importantes sobre o funcionamento da máquina pública municipal, sua estrutura educacional, cultural, de saúde e de prestação de serviços nas diversas áreas como segurança, habitação, assistência social, saneamento e urbanismo, dentre outras.

Boa leitura a todos!

**Secretaria de Finanças
Prefeitura Municipal de Jundiaí**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIAS MUNICIPAIS

Gabinete do Prefeito

Prefeito Miguel Haddad

☎ (11) 4589-8404 ✉ exp-gp@jundiai.sp.gov.br

Guarda Municipal

Paulo Sérgio de Lemos Giacomelli Stel (Jacó)

☎ (11) 4492-9090 ✉ comandantegm@jundiai.sp.gov.br

Fundo Social de Solidariedade (FUNSS)

Maria Rita Steck Moubadda Haddad

☎ (11) 4522-7860 ✉ semis@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Jorge Yatim

☎ (11) 4589-8578 ✉ smaa@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Administração

Clóvis Marcelo Galvão

☎ (11) 4589-8622 ✉ divitec@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Maria Aparecida Rodrigues Mazzola

☎ (11) 4583-7300 ✉ semis@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Assuntos Fundiários

Antônio Carlos de Castro Siqueira

☎ (11) 4589-8884 ✉ asiqueira@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Assuntos Parlamentares

Oraci Gotardo

☎ (11) 4589-8421 ✉ ogotardo@jundiai.sp.gov.br

Secretaria da Casa Civil

João Fernando Chaves Rodrigues (Juca)

☎ (11) 4589-8405 ✉ jucarodrigues@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Comunicação Social

Carmelo Paoletti Neto

☎ (11) 4589-8402 ✉ cpaoletti@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Cultura

Penha Maria Camunhas Martins

☎ (11) 4521-6922 ✉ culturapmj@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Ari Castro Nunes Filho

☎ (11) 4589-8547 ✉ smde@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Educação e Esportes

Francisco José Carbonari

☎ (11) 4588-5338 ✉ smepmj@jundiai.sp.gov.br

Secretaria Adjunta de Esportes

Alaércio Borelli

☎ (11) 4589-8916 ✉ sae@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Finanças

José Antonio Parimoschi

☎ (11) 4589-8674 ✉ smfexpediente@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Negócios Jurídicos

Dr. Gustavo Leopoldo Caserta Maryssael de Campos

☎ (11) 4589-8499 ✉ smnjapoio@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Obras

Sinéio Scarabello Filho

☎ (11) 4589-8463 ✉ smgos@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Jaderson José Spina

☎ (11) 4589-8557 ✉ planejamento@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Recursos Humanos

Carlos Umberto Rossi

☎ (11) 4589-8736 ✉ smrhgs@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Saúde

Tânia Regina Gasparini Botelho Pupo

☎ (11) 4589-8795 ✉ sms@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Serviços Públicos

Walter da Costa e Silva Filho

☎ (11) 4589-8522 ✉ smsp@jundiai.sp.gov.br

Secretaria de Transportes

Roberto Salvador Scaringella

☎ (11) 4589-8764 ✉ setransp@jundiai.sp.gov.br



Paço Municipal

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS MUNICIPAIS

Companhia de Informática de Jundiaí S.A. (CIJUN)

Daniel Bocalão Junior

☎ (11) 4589-8823 ✉ sac@cijun.sp.gov.br

DAE S.A. – Água e Esgoto

Wilson Roberto Engholm

☎ (11) 4589-1300 ✉ wilson.engholm@daejundiai.com.br

Escola Superior de Educação Física de Jundiaí (ESEF)

Prof. Dr. Fernando Balbino

☎ (11) 4521-7955 ✉ educacao fisica@esef.br

Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ)

Prof. Dr. Itibagi Rocha Machado

☎ (11) 4587-1095 ✉ fmj@fmj.br

Fundação Casa da Cultura (FCC)

Penha Maria Comunhas Martins

☎ (11) 4521-6922 ✉ culturapmj@jundiai.sp.gov.br

Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)

Eduardo Palhares

☎ (11) 4583-1722 ✉ fumas@jundiai.sp.gov.br

Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE)

Mônica Gropelo

☎ (11) 4587-5151 ✉ diretoriatve@jundiai.sp.gov.br

Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN)

José Aparecido Marcussi

☎ (11) 4589-8496 ✉ marcussi@jundiai.sp.gov.br

Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiaí (EGGMJ)

Ademir Pedro Victor

☎ (11) 4583-1177 ✉ ademirpvictor@jundiai.sp.gov.br



ÍNDICE

1	UMA DÉCADA DAS FINANÇAS DE JUNDIAÍ	6
2	RECEITAS DA PREFEITURA	14
	2.1 Receita tributária.....	17
	2.2 Transferências correntes.....	19
	2.2.1 Transferências do Estado.....	20
	2.2.2 Transferências da União.....	21
	2.3 Operações de crédito.....	24
3	DESPESAS DA PREFEITURA	26
	3.1 Pessoal.....	27
	3.2 Custeio.....	30
	3.3 Dívida.....	32
	3.4 Investimentos.....	34
3	DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO	38
	4.1 Educação.....	38
	4.2 Esporte e lazer.....	43
	4.3 Cultura.....	45
	4.4 Saúde.....	47
	4.5 Assistência social.....	50
	4.6 Segurança Pública.....	52
	4.7 Habitação.....	54
	4.8 Saneamento e urbanismo.....	56
	4.9 Repasses à Câmara Municipal.....	61
5	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	62

1

UMA DÉCADA DAS FINANÇAS DE JUNDIAÍ

A primeira edição sobre as Finanças do Município de Jundiaí foi lançada em 2006, trazendo uma análise do período de 2002 a 2005. Agora na sétima edição, o presente anuário traz os números das finanças de 2011, completando, assim, uma década de acompanhamento das receitas e despesas. Por isso, na publicação deste ano, foi especialmente incluído um panorama geral das finanças públicas de Jundiaí, ressaltando-se os principais eventos que caracterizaram essa década e influenciaram as contas públicas municipais.

Nesses últimos dez anos, o Brasil enfrentou diversos dilemas econômicos e políticos, passou por fases de crescimento e de crises, com inevitáveis reflexos no âmbito municipal. Um dos grandes desafios das gestões das cidades foi ajustar suas finanças públicas diante de um cenário nacional e internacional em constante mudança.

Observando-se as finanças de Jundiaí em retrospectiva, é possível destacar alguns aspectos marcantes. Em 2003, o crescimento econômico do Brasil, medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), que é o somatório das riquezas produzidas no país, foi muito baixo, de apenas 1,2% em relação a 2002. Nesse contexto, as receitas consolidadas do conjunto dos municípios brasileiros caíram 4,2%, segundo o anuário *Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil*. Em Jundiaí, a queda foi de 3,2% — a única retração ocorrida nas receitas do Município na última década.

Em 2004, inicia-se um período de prosperidade. Colhendo os efeitos do crescimento mundial, especialmente da China, o PIB brasileiro avançou consecutivamente ao longo de cinco anos. O reflexo nas finanças municipais foi visível. A receita total do conjunto dos municípios do país apresentou um comportamento excepcional no período de 2003 a 2008, crescendo a uma média anual de 10,3%.

Em Jundiaí, a expansão também foi excelente, da or-

dem de 8,6% ao ano. Ao longo desses anos, a receita consolidada do Município passou de R\$ 646,6 milhões, em 2003, para R\$ 979 milhões, em 2008, em valores corrigidos pela inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ao final de 2008, no entanto, eclodiu a crise financeira, com a falência de grandes bancos americanos, assolando o mundo e se fazendo sentir de forma bastante intensa no Brasil. O PIB brasileiro fechou com variação negativa de 0,3% e os municípios assistiram a uma queda média de 1,4% de suas receitas, em 2009. Mesmo nesse ambiente desfavorável, as receitas de Jundiaí cresceram 4,6%.

No ano seguinte, a economia brasileira se recuperou, com o PIB crescendo 7,5%, o que propiciou um aumento de 11,3% das receitas municipais em todo o país. Em Jundiaí, a alta foi de 11,5%, praticamente a mesma do total dos municípios. Em 2011, os transtornos da economia mundial voltaram a repercutir no Brasil. Dessa vez, os problemas fiscais em países da zona do Euro criaram uma forte instabilidade mundial e contaminaram o crescimento do Brasil, que foi de apenas 2,7%. Nesse ambiente, mais uma vez, a receita consolidada de Jundiaí acompanhou o desempenho nacional, crescendo 2,7%.

Ao longo de toda a década, as despesas se ajustaram ao comportamento das receitas, evidenciando que o Município não gastou mais do que arrecadou, como mostra o gráfico na página ao lado. A diferença entre receita e despesa é chamada de resultado orçamentário.

Numa gestão que prima pelo equilíbrio fiscal, o resultado orçamentário deve ser, na maioria das vezes, positivo ou próximo de zero. Resultados negativos podem ocorrer, desde que não sejam frequentes e compensados no período de quatro anos referentes ao mandato da administração municipal. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei

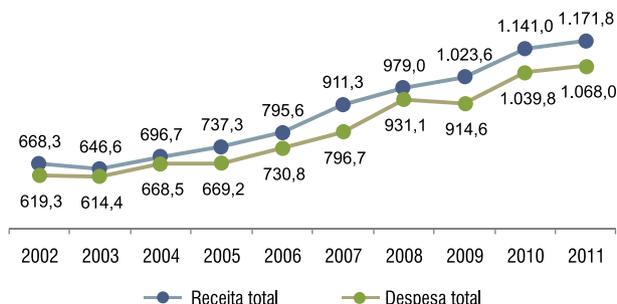


Obras de retificação do canal do Córrego do Mato, galerias e terceira faixa da Avenida 9 de Julho

Federal Complementar nº 101/2000 —, um mandato não pode transmitir desequilíbrio orçamentário para a próxima gestão.

um fraco desempenho e as receitas consolidadas de Jundiá terem crescido igualmente pouco, foi possível manter um bom nível no resultado orçamentário, graças ao esforço da Prefeitura em fazer com que suas despesas crescessem menos que as receitas.

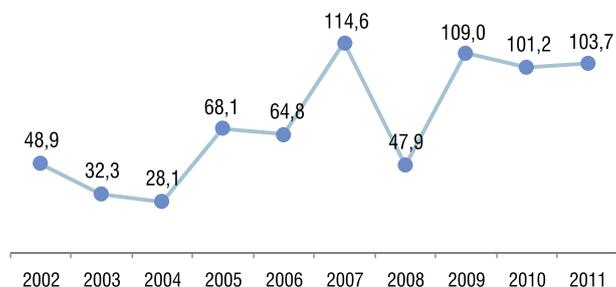
Receita e despesa - consolidados
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Como pode ser observado no gráfico ao lado e na tabela abaixo, o resultado orçamentário da administração pública de Jundiá manteve-se positivo nos últimos dez anos. Em 2011, apesar de a economia ter tido

Resultados orçamentários positivos possibilitaram a criação e manutenção de uma reserva financeira nos últimos anos. Formar uma reserva ou suficiência

Resultado orçamentário - consolidado
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Receita, despesa e resultado orçamentário

Itens	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011									
Receita total	668,3	646,6	696,7	737,3	795,6	911,3	979,0	1.023,6	1.141,0	1.171,8
Despesa total	619,3	614,4	668,5	669,2	730,8	796,7	931,1	914,6	1.039,8	1.068,0
Resultado orçamentário	48,9	32,3	28,1	68,1	64,8	114,6	47,9	109,0	101,2	103,7
Resultado orçamentário / Receita total	7,3%	5,0%	4,0%	9,2%	8,1%	12,6%	4,9%	10,6%	8,9%	8,9%

Fonte: balanços municipais. Nota: dados consolidados.

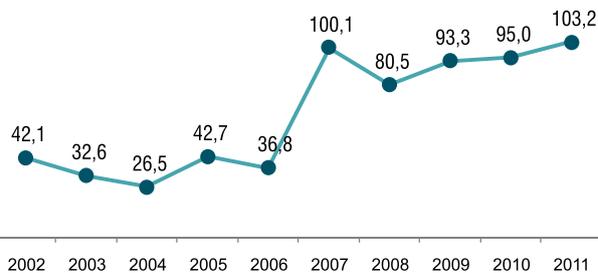


Parque Botânico Eloy Chaves

financeira é uma característica das boas práticas fiscais, pois são recursos que podem ser utilizados para enfrentar uma inesperada queda de receita em períodos de instabilidades e incertezas ou para realizar gastos extraordinários, emergenciais ou investimentos de grande porte.

Suficiência financeira - consolidada exceto IPREJUN¹

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Nota: ¹Excluídos os ativos financeiros do Iprejun, pois são destinados, exclusivamente, à capitalização do fundo previdenciário dos servidores.

Nesse período, a Prefeitura de Jundiaí também melhorou o perfil de sua dívida consolidada, ao aumentar o peso da parcela proveniente de empréstimos que se transformam em investimentos e ao diminuir a parte da dívida relativa a débitos previdenciários e precatórios (veja mais sobre o perfil da dívida na página 32).

Os investimentos alcançaram R\$ 749,2 milhões, nos últimos dez anos, ou seja, uma média anual de R\$ 74,9 milhões — ou 10,7% da despesa total aplicados na infraestrutura municipal. Do total investido, a maior parte — 76,8% — foi realizada com recursos próprios da Prefeitura. As operações de crédito financiaram 14,2% dos investimentos e as transferências de capital recebidas dos outros níveis de governo apenas 2,7% — sendo 0,9% da União e 1,8% do Governo do Estado.

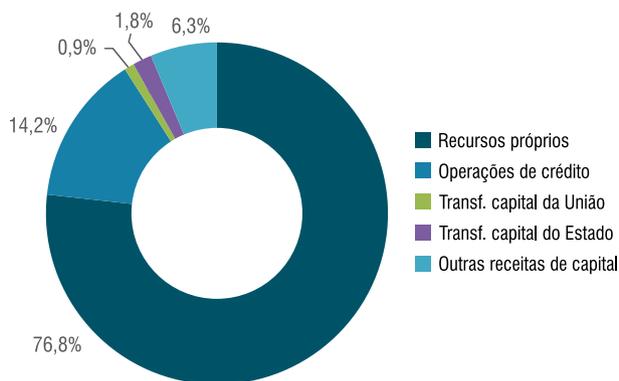
Foram realizados investimentos de grande importância para o desenvolvimento da cidade, tais como Sistema Integrado de Transporte Urbano (SITU), acessos do Complexo Viário Xisto Cereser (Trevo de Itu), nova rodoviária, obras de canalização de córregos, construção

Suficiência financeira

Órgãos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011										
Prefeitura Municipal	36,2	29,2	21,2	33,0	43,3	88,2	75,3	83,8	79,9	92,2	15,5%
Administração Indireta	110,7	133,2	166,9	210,9	259,9	328,5	375,1	460,9	550,1	619,0	12,5%
IPREJUN	104,7	129,8	161,6	201,9	250,9	316,6	370,1	451,6	536,3	608,3	13,4%
Demais órgãos	5,9	3,5	5,3	9,1	9,1	11,9	5,0	9,3	13,7	10,7	-22,0%
Câmara Municipal	-	-	-	0,6	-15,6	0,0	0,2	0,2	1,4	0,3	-78,4%
Total consolidado	146,8	162,4	188,1	244,5	287,7	416,7	450,6	544,9	631,3	711,5	12,7%
Total excluído o Iprejun	42,1	32,6	26,5	42,7	36,8	100,1	80,5	93,3	95,0	103,2	8,7%

Fonte: balanços municipais.

Composição dos investimentos por fonte de recursos de 2002 a 2011



de galerias, drenagem e pavimentação — revitalizando grandes avenidas, como a 9 de Julho e a Humberto Cereser, e possibilitando o prolongamento das avenidas Prefeito Luiz Latorre, Antônio Pincinato, José Mezzalira e Nami Azem, além da Estrada do Varjão, e das construções de pontes sobre o Rio Jundiáí, dentre outras.

Os investimentos na infraestrutura viária do Município vieram acompanhados da implantação de um amplo sistema de parques e áreas de lazer em diversos bairros, para equilibrar o meio ambiente urbano da cidade. A construção do Parque da Cidade, do Jardim Botânico e dos parques botânicos dos bairros Eloy Chaves e Tulipas cumpriram esse objetivo. Ciclovias foram implantadas nas margens da Avenida Antônio Pincinato e ligando o Jardim Botânico ao Parque da Cidade.

O Município também avançou na meta de erradicação de favelas. As famílias que habitavam a área do antigo hospital psiquiátrico, no Jardim Tamoio, estão sendo removidas para o conjunto habitacional construído na Vila Tupi, ao passo que outros núcleos de moradias precárias, como os da Vila Ana, Vila Esperança e Vila Cidadania, foram reurbanizados.

Também foram implantados novos conjuntos habitacionais nos bairros Fazenda Grande (incluindo a construção do Condomínio do Idoso), Residencial Videiras e Vista Alegre, e adquirida uma área para a futura reurbanização do bairro Jardim São Camilo.



Nova rodoviária de Jundiáí



Creche no Jardim Tamoio

Escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS) foram construídas, reformadas e ampliadas em diversos bairros da cidade, visando à descentralização do atendimento e à melhoria da qualidade dos serviços.

Foram implantadas Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) nos bairros Medeiros, Fazenda Grande, Jardim Novo Horizonte, Almerinda Chaves, Parque Residencial Jundiáí, Jardim Tulipas, Santa Gertrudes, Corrupira, Vila Nambi, Jardim Tamoio, Vila Hortolândia e Vila Marlene, dentre outros.

Expandiram-se os programas educacionais com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino nas creches, pré-escolas e no primeiro ciclo do ensino fundamental. O galpão da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA) foi reformado pela Prefeitura, permitindo a expansão dos cursos profissionalizantes da Faculdade de Tecnologia (FATEC), assim como o Complexo Educacional Argos foi reestruturado para ampliar sua capacidade de atendimento.

Novas UBS foram construídas nos bairros Fazenda Grande, Jardim Tulipas, Vila Rui Barbosa, Jardim Guanabara, Jardim Tamoio, Sarapiranga, Morada das Vinhas e Santa Gertrudes, assim como foram reformadas e ampliadas as UBS de Ivturucaia, Corrupira, Rio Acima, Hortolândia, Maringá e Caxambu, além do Centro Odontológico no bairro Anhangabaú.

A Prefeitura desapropriou o prédio da antiga Casa de

Saúde Dr. Domingos Anastásio, para implantação do Hospital Regional de Jundiáí, reformou o prédio que abriga hoje o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) e implantou o Centro de Atendimento Oncológico no Hospital de Caridade São Vicente de Paulo. As atividades da assistência social também foram ampliadas com a instalação dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) nos bairros.

Na segurança pública, a Guarda Municipal foi ampliada e melhor equipada com novas viaturas, armamentos modernos e equipamentos de proteção individual para todos, além de aparelhos avançados para monitoramento, como as câmaras de vídeo instaladas em



Unidade Básica de Saúde no Jardim Sarapiranga

diversos pontos da cidade. Foram adquiridos veículos especiais (jipes Marruá) para ampliar a fiscalização do território da Serra do Japi.

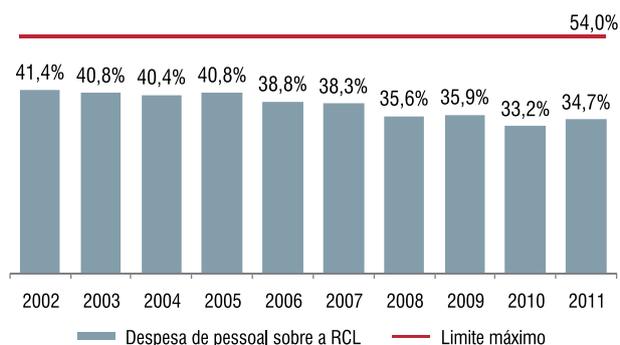
A Prefeitura avançou na direção da universalização do saneamento básico no Município, com a expansão da represa, a modernização da rede de abastecimento da cidade e a construção de novas estações de tratamento de água.

Foram realizados investimentos na modernização tecnológica e na capacitação dos servidores, através do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT).

Implantou-se o Balcão do Empreendedor Web, o Portal da Transparência e a Nota Fiscal Eletrônica, dentre outras ferramentas que propiciaram desburocratização, simplificação, agilidade e transparência na gestão pública. As ações desse projeto, aliadas à expansão da economia local, foram determinantes para o excelente desempenho da arrecadação da receita tributária da Prefeitura, que passou de R\$ 149,3 milhões, em 2002, para R\$ 335 milhões, em 2011, variando 124,3% no período.

É importante analisar também o comportamento das maiores despesas municipais, que são as de pessoal e o gasto nas áreas da saúde e educação. No caso do gasto com pessoal, a LRF determina que o Poder Executivo municipal não deve ultrapassar o limite máximo de 54% da receita corrente líquida. Em Jundiá, esse comprometimento foi mantido na faixa entre 33,2% e 41,4%, de 2002 a 2011, mantendo uma tendência decrescente.

Despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida

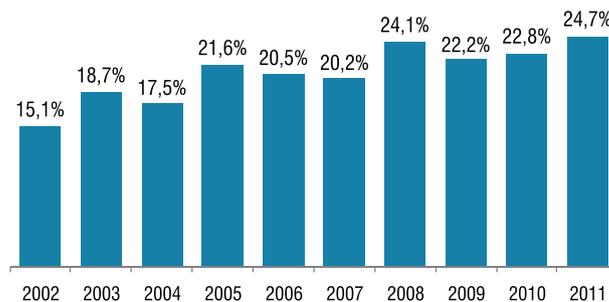


De acordo com a Emenda Constitucional (EC) nº 29, de 13 de setembro de 2000, os municípios devem aplicar, no mínimo, 15% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais e legais em ações e serviços de saúde. Esta determinação passou a valer a partir de 2004. Jundiá tem aplicado valores acima do mínimo exigido pela EC nº 29, chegando ao percentual mais alto em 2011, com 24,68%.

Para a educação, a Constituição Federal, em seu artigo 212, determina que os municípios apliquem um mínimo de 25% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais e legais na manutenção e desenvolvimento do ensino. Jundiá manteve-se sempre acima do mínimo, alcançando o nível mais alto de aplicação dos recursos em educação também em 2011, com 26,52%.

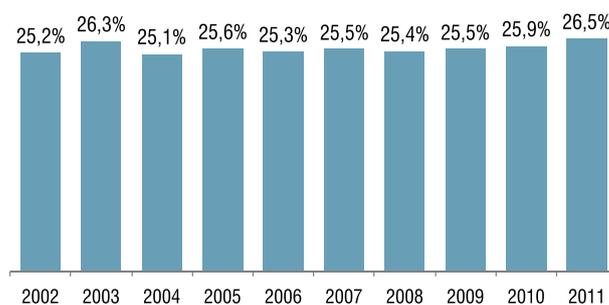
Em que pese os diferentes cenários da economia nacional e mundial nos últimos dez anos, as finanças de Jundiá foram conduzidas de modo a se adaptar às

Despesa com saúde em relação à receita de impostos e transferências



Fonte: Sistema de Informações de Orçamento Público da Saúde (SIOPS) e Secretaria de Finanças.

Despesa com educação em relação à receita de impostos e transferências



Fonte: Sistema de Informações de Orçamento Público da Educação (SIOPE) e Secretaria de Finanças.



Viaturas para a Guarda Municipal, adquiridas em 2009

diferentes situações. Com base nas informações aqui apresentadas, é possível concluir que essa adaptação foi bem sucedida, pois foi capaz de aumentar as receitas em percentuais geralmente acima do registrado pelo conjunto dos municípios do país, e conseguiu incrementar as despesas sem que elas comprometessem totalmente as receitas.

Ou seja, as finanças de Jundiá foram orientadas para a preservação do equilíbrio das contas públicas, conforme recomenda a LRF, e para a realização de obras e serviços públicos que propiciam a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os bons indicadores fiscais e econômicos conseguidos por Jundiá nos últimos dez anos fizeram com que a Austin Rating, agência classificadora de risco de crédito, elevasse sua classificação de risco de "A", concedida em agosto de 2008, para "AA", em julho de 2012. A nota "A" significa boa capacidade para honrar compromissos financeiros e risco muito baixo de *default*, enquanto que "AA" representa forte capacidade para honrar compromissos financeiros e risco irrisório de *default*.

Dentre os argumentos utilizados pela Austin Rating para a elevação da classificação de risco de Jundiá estão forte capacidade do Município em honrar seus compromissos fiscais e financeiros, observando principalmente seu baixo nível de endividamento; geração de recorrentes superávits orçamentários e primários; importante participação na composição da economia do Estado (1,53% no PIB de 2009), ocupando a 9ª posição no ranking estadual e 23ª no nacional; cumprimento de todos os indicadores de desempenho da LRF, com ampla margem em relação às suas metas; adoção de programas para aumento da eficiência na arrecadação fiscal e maior controle dos custos operacionais e gastos públicos, como a capacitação técnica dos servidores, que resulta em ganho de produtividade ao longo do tempo.

Rating

AA

(Perspectiva estável)

Forte capacidade para honrar seus compromissos fiscais e financeiros.

Data: 02/jul/2012

Validade: 30/jun/2013

Histórico do Rating

Jul/12: Elevação AA (Estável)

Jul/11: Elevação AA- (Positiva)

Jul/10: Manutenção A+ (Positiva)

Set/09: Elevação A+ (Estável)

Ago/08: Atribuição A (Estável)

Desempenho dos indicadores fiscais da LRF nos últimos 10 anos

Indicadores	Limites	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal e Encargos sociais/Poder Executivo	< ou = 54% da RCL	41,4%	40,8%	40,4%	40,8%	38,8%	38,3%	35,6%	35,9%	33,2%	34,7%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 120% da RCL	54,1%	59,5%	56,8%	16,1%	6,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Operações de Crédito Interna/Externa	< ou = 16% da RCL	2,9%	2,7%	1,5%	1,1%	0,5%	0,1%	1,2%	0,6%	0,6%	0,0%
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 25%	25,2%	26,3%	25,1%	25,6%	25,3%	25,5%	25,4%	25,5%	25,9%	26,5%
Vinculações Constitucionais - Saúde	> ou = 15%	15,1%	18,7%	17,5%	21,6%	20,5%	20,2%	24,1%	22,2%	22,8%	24,7%
Investimentos	% da RCL	12,8%	17,0%	11,7%	8,6%	11,1%	10,3%	15,3%	10,4%	10,1%	8,3%
Receita Corrente Líquida (RCL) em R\$ milhões correntes		350,6	402,8	466,5	529,9	596,2	695,7	800,8	890,5	1.049,5	1.112,8

Fonte: Secretaria de Finanças, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional.



Pavimentação da estrada municipal do Varjão em Novo Horizonte

SAIBA 

Estrutura da Administração Municipal

A administração municipal é exercida, simultaneamente, por dois poderes: Executivo e Legislativo. O Poder Executivo é responsável pela administração do município, pela prestação dos serviços públicos e por executar as leis. Ao Legislativo cabe a proposição e aprovação das leis de interesse da cidade, bem como o acompanhamento, fiscalização e regulação dos atos do Executivo.

O Poder Executivo, em Jundiaí, descentraliza suas ações através das secretarias municipais e das entidades da administração indireta, como as autarquias, fundações e empresas públicas municipais. Esses órgãos são encarregados de prestar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, esporte, lazer, cultura, segurança, assistência social, habitação, saneamento e urbanismo.

O Poder Legislativo, em Jundiaí, é exercido

pela Câmara Municipal e seus 16 vereadores, auxiliado na tarefa de fiscalização dos atos do governo municipal pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) — que aprova a prestação de contas das administrações direta e indireta e do Legislativo —, pelo Ministério Público Estadual e pela sociedade civil organizada, por meio dos conselhos municipais.

Os conselhos possuem um papel extremamente importante na administração pública e estão presentes na maioria dos setores, especialmente nas áreas sociais. Eles garantem maior transparência e participação da sociedade nas decisões do governo, incorporando diversos setores sociais nas discussões e formatação das políticas públicas. Além disso, em muitos casos, sua existência é condição fundamental para a realização de convênios e recebimento de repasses da União e do Estado.

2

RECEITAS DA PREFEITURA

Principais itens da receita – 2008-2011

Itens da receita	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011	Orçamento 2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011				em %		em R\$ mil correntes
1 - Receita corrente deduzida (2+3+4-5)	829.555,0	845.845,8	958.103,4	983.167,1	2,6	98,8	1.190.587,0
2 - Receita tributária	256.514,8	273.895,8	308.557,8	334.962,8	8,6	33,7	416.412,0
IPTU	60.607,9	69.624,1	73.001,3	73.838,1	1,1	7,4	94.661,0
IRRF	27.212,7	26.337,3	28.546,8	34.015,6	19,2	3,4	42.771,0
ITBI	19.206,7	20.721,5	35.569,0	39.807,3	11,9	4,0	42.999,0
ISS	124.374,3	130.217,9	142.028,9	158.483,3	11,6	15,9	203.942,0
Taxas	25.110,8	26.993,2	29.411,9	28.818,4	-2,0	2,9	32.039,0
Contribuições de melhoria	2,5	1,8	-	-	-	-	-
3 - Transferências correntes	591.071,1	603.465,0	666.131,9	690.321,2	3,6	69,4	836.926,9
União	130.095,0	126.943,7	125.277,3	131.495,8	5,0	13,2	147.721,0
FPM ¹	43.071,5	38.655,2	39.371,6	46.584,3	18,3	4,7	61.658,0
SUS	73.769,2	74.356,4	72.548,9	70.468,9	-2,9	7,1	70.471,3
Outras transferências da União	13.254,3	13.932,1	13.356,7	14.442,6	8,1	1,5	15.591,7
Estado	383.329,2	394.458,8	446.792,8	462.603,3	3,5	46,5	571.942,0
QPM-ICMS ¹	320.642,5	327.867,1	379.528,0	390.139,5	2,8	39,2	479.901,0
IPVA ¹	58.954,3	63.847,9	63.511,1	68.336,2	7,6	6,9	87.453,0
Outras transferências do Estado	3.732,5	2.743,8	3.753,6	4.127,6	10,0	0,4	4.588,0
Fundeb	67.394,5	70.317,6	77.864,9	83.299,8	7,0	8,4	103.618,0
Outras transferências correntes	9.096,7	10.521,7	15.211,7	11.874,3	-21,9	1,2	13.645,9
4 - Outras receitas correntes	56.507,6	55.078,0	80.708,8	59.684,1	-26,1	6,0	64.530,1
Dívida ativa	8.354,8	8.441,8	7.794,9	6.865,4	-11,9	0,7	8.234,0
Demais receitas correntes	48.152,8	46.636,3	72.913,8	52.818,8	-27,6	5,3	56.296,1
5 - Deduções para o Fundeb	74.538,6	86.593,1	97.295,0	101.801,0	4,6	10,2	127.282,0
6 - Receita de capital (7+8+9)	22.444,6	18.830,0	13.858,4	11.978,2	-13,6	1,2	16.263,5
7 - Operações de crédito	18.051,7	12.971,6	10.012,6	2.324,6	-76,8	0,2	14.191,0
8 - Transferências de capital	1.472,8	4.886,5	3.068,0	953,6	-68,9	0,1	1.473,5
9 - Outras receitas de capital	2.920,2	971,9	777,8	8.700,0	1.018,5	0,9	599,0
10 - Receita total² (1+6)	851.999,6	864.675,8	971.961,8	995.145,3	2,4	100,0	1.206.850,5
11 - Repasse à Câmara Municipal	16.949,4	16.255,8	19.555,2	15.995,2	-18,2	1,6	26.470,0
12 - Receita transferida à administração indireta	58.705,2	61.152,5	66.356,8	58.413,3	-12,0	5,9	62.855,8
13 - Receita total disponível³ da Prefeitura (10-11-12)	776.345,0	787.267,5	886.049,9	920.736,8	3,9	92,5	1.117.524,7

Fonte: balanços municipais.

Notas: ¹Valores integrais, sem as deduções para o Fundeb; ²Não inclui a receita arrecadada pelas entidades da administração indireta; ³Receita da Prefeitura excluídos os repasses para a Câmara Municipal e para as entidades da administração indireta.



Ciclofaixa que funciona aos domingos (à esquerda) e ciclovia que liga o Jardim Botânico ao Parque da Cidade (à direita)

As receitas das administrações públicas são divididas em dois grandes grupos: receitas correntes e receitas de capital. O primeiro grupo é formado por recursos que entram regularmente nos cofres públicos e é composto, basicamente, pelos tributos municipais e pelas transferências dos governos federal e estadual. As receitas de capital são compostas pela contratação de operações de crédito, venda de bens públicos ou pela obtenção de recursos junto a outros níveis de governo. Esses tendem a variar muito de um ano para outro e só podem ser utilizados em gastos de capital, como os investimentos na realização de obras e aquisição de bens duráveis.

Em 2011, a receita total da Prefeitura de Jundiá apresentou um aumento real, ou seja, já considerando os efeitos inflacionários, de 2,4%, totalizando R\$ 995,1 milhões, o que representou um adicional de R\$ 23,2 milhões, em relação a 2010. A exemplo de 2009, quando sofreu forte impacto da crise financeira internacional, a receita de Jundiá teve uma baixa taxa

de crescimento em 2011, em decorrência do fraco desempenho das economias brasileira e paulista, cujas taxas de expansão do PIB foram de apenas 2,7% e 2,9%, respectivamente.

A Prefeitura realiza repasses financeiros para a Câmara Municipal e para as entidades da administração indireta, para custear as suas atividades. Em 2011, foram transferidos R\$ 16 milhões para a Câmara e R\$ 58,4 milhões para a administração indireta. Descontados esses repasses, a receita realmente disponível para a Prefeitura foi de R\$ 920,7 milhões, valor 3,9% acima do ano anterior, de R\$ 886 milhões.

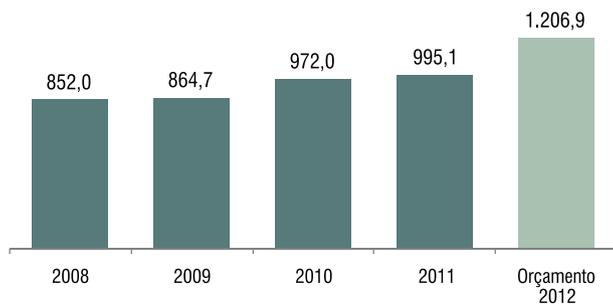
O crescimento da receita foi sustentado, principalmente, pelo bom desempenho das duas maiores receitas correntes do Município: a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), que adicionou R\$ 16,5 milhões, e a transferência estadual da Quota-parte Municipal no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS), que adicionou outros R\$ 10,6 milhões.

Em termos relativos, os maiores aumentos reais foram registrados pelo Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), de 19,2%, pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 18,3%, pelo Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI), de 11,9%, e pelo ISS, de 11,6%.

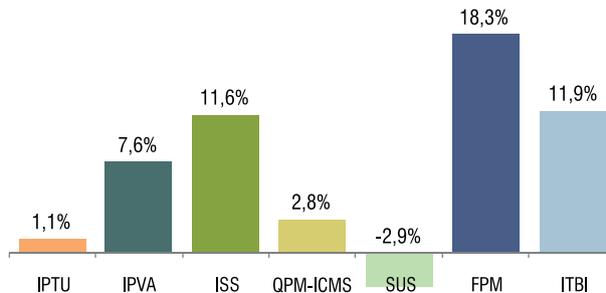


Quadra poliesportiva da EMEB Profª Glória Silva Rocha Genovese na Vila Cristo Redentor

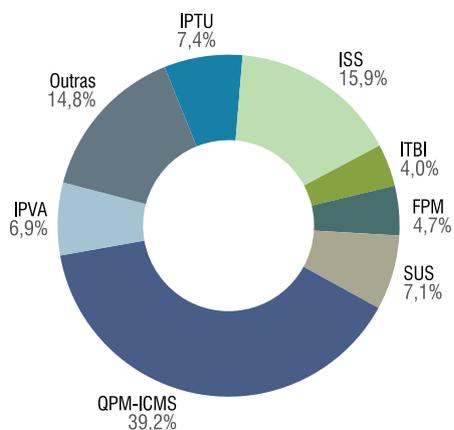
Evolução da receita total
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



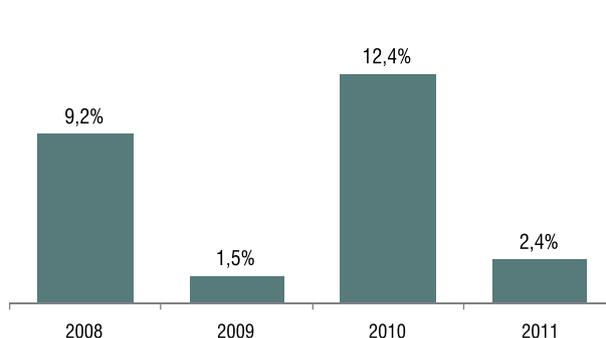
Taxas de crescimento dos principais itens da receita - 2011/2010



Composição da receita total - 2011



Taxas anuais de crescimento da receita



As dez maiores receitas da Prefeitura Municipal de Jundiá - 2011

Item da receita	Origem	Valor em R\$ mil	Participação na receita	Participação acumulada
			em %	
1. QPM-ICMS	Transferência estadual	390.139,5	39,2	39,2
2. ISS	Tributo municipal	158.483,3	15,9	55,1
3. IPTU	Tributo municipal	73.838,1	7,4	69,6
4. SUS	Transferência federal	70.468,9	7,1	62,2
5. IPVA	Transferência estadual	68.336,2	6,9	76,5
6. FPM	Transferência federal	46.584,3	4,7	81,2
7. ITBI	Tributo municipal	39.807,3	4,0	91,5
8. IRRF	Retenção municipal	34.015,6	3,4	84,6
9. Taxas	Tributo municipal	28.818,4	2,9	87,5
10. Dívida ativa	Cobrança municipal	6.865,4	0,7	92,2
Total das dez maiores		917.357,0	92,2	92,2
Outras receitas	Diversas	77.788,3	7,8	100,0
Total		995.145,3	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais.

2.1 RECEITA TRIBUTÁRIA

A arrecadação de tributos em Jundiá totalizou R\$ 335 milhões em 2011, 8,6% a mais quando comparado ao ano anterior. Com exceção das taxas, que apresentaram uma queda real de 2% em relação a 2010, todos os demais tributos municipais tiveram um desempenho positivo.

A menor taxa de crescimento foi registrada pelo Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de 1,1%, quando sua arrecadação passou de R\$ 73 milhões para R\$ 73,8 milhões, de 2010 para 2011. No outro extremo, o IRRF foi o tributo que apresentou a maior taxa de variação, de 19,2%. A Prefeitura reteve R\$ 34 milhões do IRRF, em 2011, superando em R\$ 5,5 milhões o valor retido em 2010.

O ITBI também apresentou um ótimo desempenho, com um aumento de 11,9% no mesmo período, totalizando R\$ 39,8 milhões. Mesmo apresentando um avanço bem menos expressivo que o registrado no ano anterior, o aumento da arrecadação desse imposto continua refletindo o aquecimento do setor imobiliário no Município.

Segundo os dados do Sistema Financeiro de Habitação, divulgados pelo Banco Central do Brasil, houve uma forte expansão do setor imobiliário brasileiro entre 2010 e 2011, registrando um crescimento de 31,9% nos valores de financiamentos liberados para a aquisição de imóveis. No Estado de São Paulo, esse aumento foi um pouco maior, de 34,2%.

A arrecadação do ISS apresentou um comportamento semelhante ao do ITBI, com um crescimento de 11,6%, o que significou um incremento de R\$ 16,5 milhões, o maior volume adicionado por uma única fonte de receita em 2011. O recolhimento total do ISS chegou a R\$ 158,5 milhões e respondeu por 15,9% de toda a receita do Município.



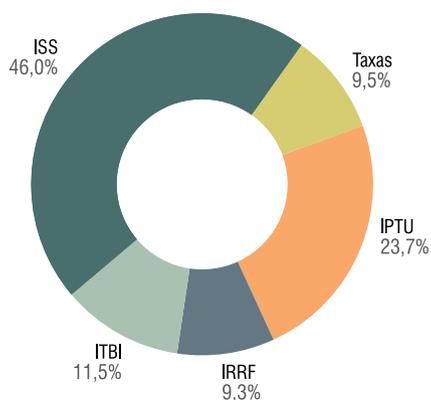
O IPTU é cobrado sobre a propriedade predial e territorial e o ITBI incide nas transações imobiliárias



Gabinete de Leitura Ruy Barbosa no centro da cidade, região reconhecida como Polígono de Proteção do Patrimônio Histórico

Conforme mencionado anteriormente, a receita proveniente das taxas municipais foi a única, entre os tributos, a registrar um montante menor que o do ano anterior, passando de R\$ 29,4 milhões, em 2010, para R\$ 28,8 milhões, em 2011. Essa retração, associada à forte expansão do IRRF, fez com que o recolhimento de taxas caísse da oitava para a nona posição no ranking das dez maiores receitas da Prefeitura de Jundiá. Mesmo assim, as taxas respondem por quase 3% da receita total, e guardam uma distância de mais de R\$ 20 milhões em relação ao décimo colocado no ranking, a receita da dívida ativa.

Composição da receita tributária - 2011



A receita tributária é formada pela arrecadação dos impostos e taxas que estão sob a administração direta dos entes públicos. Tanto a União quanto os Estados e os municípios possuem competência constitucional para administrar, cobrar e legislar determinados tributos. Os tributos de competência municipal estão definidos nos artigos 145 a 162 da Constituição Federal e são os seguintes:

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos e seu fato gerador são os serviços listados na Lei Federal Complementar nº 116/2003.

IPTU

O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Jundiaí, as alíquotas são de 2% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O ITBI tem como fato gerador a transmissão de

bens imóveis por ato oneroso ou por cessão de direito, e a base de cálculo do imposto é o valor venal do bem. Em Jundiaí, a alíquota do ITBI é de 2,5% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior.

IRRF

O Imposto sobre a Renda é um tributo federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo o rendimento pago pelas prefeituras, como salários, aposentadorias e pensões, é retido e contabilizado como receita do município, ou seja, não é repassada à União. Essa parcela é denominada de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF).

Taxas municipais

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas se dividem em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, como a Taxa de Limpeza Pública. O segundo, por taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

2.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes são receitas auferidas pelos municípios provenientes de outros entes públicos ou privados. Todas as transferências intergovernamentais são obrigatórias e regulamentadas pela Constituição Federal e por legislação federal. As principais transferências provenientes da União são o FPM e os recursos des-

tinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). As do governo estadual são o ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Em 2011, a Prefeitura de Jundiaí recebeu R\$ 690,3 milhões em transferências correntes, o que representou 69,4% da receita total. Desse montante, R\$ 131,5 milhões vieram da União; R\$ 462,6 milhões do Estado; R\$ 83,3 milhões do Fundeb; R\$ 6,9 milhões, de con-



Atração de empresas para cidade, como a Foxconn, que produz equipamentos da marca Apple

vênios com a União, e R\$ 4,9 milhões, com o Estado, para as áreas de saúde, educação, assistência social e combate à fome; e outros R\$ 1,1 milhão de doações ao Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, feitas por pessoas e instituições privadas.

2.2.1 Transferências do Estado

De acordo com a Constituição Federal, parte da arrecadação do ICMS e do IPVA dos estados brasileiros deve ser repartida com seus respectivos municípios (veja mais detalhes no quadro da página 21), além de 25% dos valores recebidos das transferências federais do IPI-exportação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

Os repasses do ICMS são a maior fonte de receita da Prefeitura de Jundiá, respondendo por quase 40% de sua receita total. Em 2011, o Município recebeu 2,8% a mais que no ano anterior, totalizando R\$ 390,1 milhões. Esse desempenho, bastante inferior aos 15,8% de crescimento registrado em 2010, decorreu da desaceleração da arrecadação do ICMS no Estado de São Paulo, cujo crescimento foi de 3,5%.

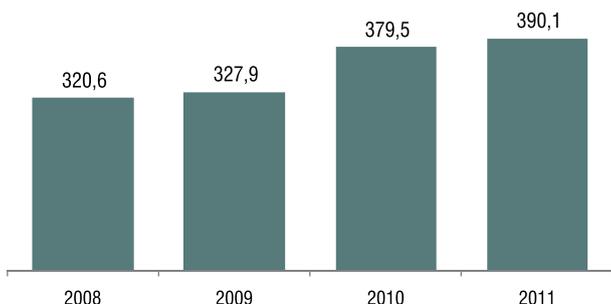
Ao longo de 2011, a economia paulista mostrou uma forte redução no ritmo de crescimento, encerrando o ano com uma expansão de apenas 2,9% no PIB estadual. A agropecuária foi o setor da economia que apresentou o pior desempenho, sofrendo uma retração de 1,7%. A indústria teve um comportamento muito tímido, com alta de 1,2%, enquanto o setor de serviços cresceu 3,8%. A performance desses três setores, cujas atividades são passíveis de cobrança do ICMS, afeta diretamente o recolhimento desse tributo.

As transferências estaduais do IPVA totalizaram R\$ 68,3 milhões, 7,6% a mais quando comparado a 2010, o que significou um incremento de R\$ 4,8 milhões. A frota municipal também apresentou um crescimento de 7,6%, passando de 238.304 para 256.353 veículos, no mesmo período.

Os repasses do IPI-exportação aumentaram 11,5%, passando de R\$ 3,1 milhões para R\$ 3,4 milhões. Já a parcela municipal da CIDE somou R\$ 659,5 mil, 13,2% acima do total recebido em 2010. Segundo a Constituição Federal, parte dos repasses da CIDE deve ser aplicado no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

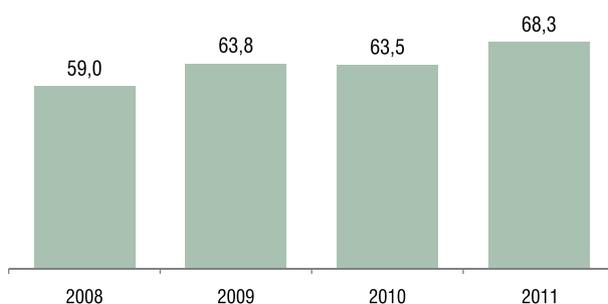
Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Evolução do IPVA

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011

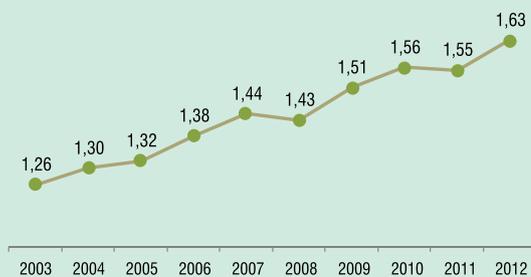


ICMS

A arrecadação do ICMS é de competência dos estados. Segundo a Constituição Federal e legislação complementar, os estados devem repassar 25% da arrecadação desse imposto aos seus respectivos municípios.

Para dividir a quota do ICMS entre os municípios de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPM), calculados anualmente de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal. Da parcela destinada aos municípios, no mínimo, 75% devem ser distribuídos de acordo com o valor adicionado de cada cidade e os 25% restantes conforme critérios próprios adotados em cada Estado.

Evolução do IPM de Jundiá
em %



Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo.

IPVA

A arrecadação do IPVA também é de competência dos governos estaduais. Do total do IPVA recolhido, 50% ficam com o Estado e a outra metade é repassada ao município onde o veículo foi licenciado. Dessa forma, o crescimento da receita do IPVA em Jundiá está diretamente relacionado ao aumento da frota de veículos da cidade. No Estado de São Paulo, a alíquota cobrada no IPVA varia de 1,5% a 4% sobre o valor venal do veículo, calculado anualmente no mês de setembro pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), com base nos valores médios de mercado.

Frota total de veículos
em milhares



Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)

Nota: ¹Incluem outras categorias menores de veículos como caminhões-tratores, caminhonetes, ônibus, micro-ônibus, reboques, utilitários, dentre outros.

2.2.2 Transferências da União

A União é a responsável pelo repasse do FPM, Imposto Territorial Rural (ITR), transferências para o SUS, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), compensação pela isenção do ICMS sobre produtos e serviços destinados à exportação (Lei Federal Complementar nº 87/1996 — Lei Kandir), dentre outras.

São transferências cujos valores repassados são bem menores, comparados aos recebimentos do Estado ou

à receita tributária de Jundiá, mas não deixam de ser importantes. Algumas dessas transferências, como o SUS e o FNDE, possuem destinação certa, e financiam programas específicos dentro do Município.

Os recursos transferidos via FPM totalizaram R\$ 46,6 milhões, com um crescimento de 18,3%, acrescentando R\$ 7,2 milhões à receita. Esse aumento se deu devido ao bom desempenho da arrecadação federal em 2011, especialmente em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao

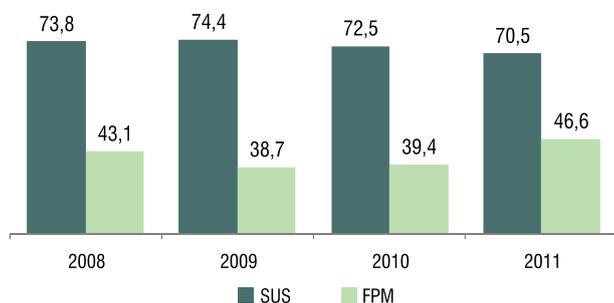
Imposto sobre a Renda (IR), base de formação do FPM, que tiveram um crescimento de 10% e 12,5%, respectivamente.

Já os repasses da União para auxiliar no custeio do SUS apresentaram queda pelo segundo ano consecutivo. Em 2010, houve uma diminuição de 2,4% e, em 2011, de 2,9%, o que equivaleu a uma perda total de R\$ 3,9 milhões nesses dois anos. Os R\$ 70,5 milhões recebidos em 2011 cobriram apenas 25,4% das despesas municipais com saúde.

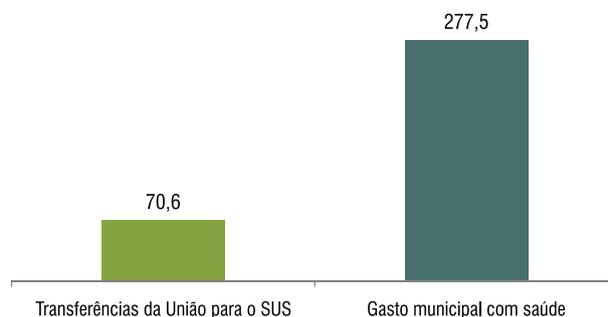
Os recebimentos pela desoneração do ICMS das exportações, regulamentados pela Lei Kandir, que, em 2011, totalizaram R\$ 2,4 milhões, também apresentaram redução pelo segundo ano consecutivo, somando R\$ 206,4 mil de perdas reais nesse período.

Em contrapartida, as transferências do ITR e do FNDE tiveram um ótimo desempenho entre 2010 e 2011, com um crescimento de 25% e 13,2%, respectivamente. Ao todo, o Município recebeu R\$ 150,7 mil do ITR e R\$ 11,5 milhões do FNDE.

Evolução do FPM e da transferência para o SUS
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Transferências da União para o SUS e gasto municipal com saúde - 2011
em R\$ milhões



Biblioteca da EMEB Prof. Luiz Biela de Souza



Pavimentação da Avenida Santa Rita no Currupira

SAIBA

FPM

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é formado, efetivamente, por 23,5% da receita líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O FPM é subdividido em três fundos: **a) FPM-Interior:** formado por 86,4% do FPM total e distribuído a todos os municípios, exceto às capitais, de acordo com os coeficientes que consideram o tamanho populacional, definidos pelo Decreto-lei nº 1.881/1981; **b) FPM-Capital:** formado por 10% do FPM total e distribuído às capitais, de acordo com coeficientes que consideram o tamanho populacional da capital e o inverso da renda per capita do Estado; e, **c) FPM-Reserva:** formado por 3,6% do FPM total e distribuído às cidades do interior com mais de 142.633 habitantes, com base em coeficientes calculados da mesma forma daqueles para a repartição do FPM-Capital.

SUS (União e estados)

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos recursos próprios do município (15%, no mínimo, da receita

da dívida ativa do IPTU, ITBI, ISS e IRRF, e dos valores integrais das transferências constitucionais do FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-exportação e da compensação pela desoneração das exportações — Lei Kandir). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Já o FES é formado por 12% da arrecadação estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.

Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal.

Além das transferências para o SUS, existem recursos direcionados a programas específicos e convênios. Os estados também repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

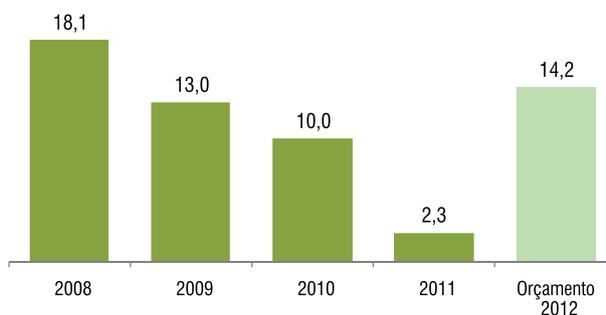
2.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são empréstimos e financiamentos contraídos pelos governos junto às instituições financeiras oficiais. Geralmente, são recursos utilizados para a realização de grandes empreendimentos públicos, cujo volume de recursos a ser despendido está além da capacidade de geração de recursos correntes por parte do governo. O ente público também pode contratar operações de crédito para outras finalidades, como aquisição de máquinas e equipamentos permanentes, dentre outros bens de capital.

Em 2011, a Prefeitura de Jundiá recebeu mais uma parcela de R\$ 2,3 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF) para a continuação do Programa Saneamento para Todos. Os recursos estão sendo aplicados em obras destinadas a acabar com todos os pontos de

alagamento do Município. O contrato inicial com a CEF, a ser pago em 15 anos, foi de R\$ 43,3 milhões, dos quais R\$ 35 milhões já foram liberados. O restante dos recursos será repassado de acordo com o andamento das obras.

Receita de operações de crédito
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Parque da Cidade

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT)

O Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT) foi criado em 1997 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e seus principais objetivos são melhorar a gestão tributária dos municípios, aumentar a eficiência na alocação dos recursos públicos e no controle dos gastos, melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão e dar maior transparência às ações governamentais.

Em 2007, após colher os frutos das ações implementadas no primeiro PMAT, a Prefeitura de Jundiá

realizou um segundo contrato junto ao BNDES, visando a dar continuidade às ações de modernização da administração pública, contemplando cinco áreas distintas: tributária, orçamentária e financeira, administração geral, saúde e assistência social (veja mais detalhes no quadro abaixo).

O segundo PMAT de Jundiá já se encontra em fase de finalização das ações. Dos R\$ 7,3 milhões contratados, R\$ 6,2 milhões já foram aplicados e a maioria das ações do PMAT já foi concluída, com exceção do plano estratégico e implantação do *Balanced Scorecard* e da gestão por processos.

Ações previstas no PMAT II do BNDES

Ações	Valor do projeto	Realizado até 2011	A realizar
	em R\$ - correntes		
Área Tributária	6.351.057,38	5.310.395,50	1.040.661,88
Ação 01 - Implementação do Sistema de Custos	575.750,00	575.750,00	-
Ação 02 - Implantação da Escola de Governo	400.000,00	400.000,00	-
Ação 03 - Implantação parcial do Sistema de Geoprocessamento	1.957.000,00	1.957.000,00	-
Ação 04 - Atualização tecnológica; Implantação de sistema para segurança da informação	1.205.167,48	1.205.167,48	-
Ação 05 - Equipamentos de apoio à fiscalização	228.306,55	228.306,55	-
Ação 06 - Informatização da administração tributária	695.256,51	695.256,61	-0,10
Ação 07 - Plano estratégico e implantação do Balanced Scorecard	800.845,60	57.300,00	743.545,60
Ação 08 - Gestão por processos	488.731,24	191.614,86	297.116,38
Área Orçamentária e Financeira	20.300,00	20.300,00	-
Ação 01 - Informatização da administração orçamentária e financeira	20.300,00	20.300,00	-
Administração Geral	226.146,12	226.146,12	-
Ação 01 - Implantação do plano de cargos e salários, capacitação dos servidores e adequação física	226.146,12	226.146,12	-
Área da Saúde	510.000,00	510.000,00	-
Ação 01 - Implantação de gestão hospitalar	510.000,00	510.000,00	-
Área de Assistência Social	153.000,00	153.000,00	-
Ação 01 - Informatização da Assistência Social	153.000,00	153.000,00	-
Total	7.260.503,50	6.219.841,62	1.040.661,88

Fonte: Secretaria de Finanças.

3

DESPESAS DA PREFEITURA

Principais itens da despesa – 2008-2011

Itens da despesa	2008	2009	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011	Orçamento 2012 ²
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011				em %		em R\$ mil corrente
1 - Pessoal	309.606,8	336.101,4	346.493,0	367.849,4	6,2	40,0	460.328,0
Ativos	296.696,2	324.326,4	334.254,4	355.477,6	6,3	38,7	436.925,0
Inativos	8.072,2	7.082,3	8.259,5	7.683,4	-7,0	0,8	9.172,0
Pensionistas	2.426,7	2.106,8	857,8	1.347,0	57,0	0,1	2.612,0
Salário-família	2.411,7	2.585,8	3.121,3	3.341,3	7,0	0,4	11.619,0
2 - Custeio	332.696,9	336.818,7	406.939,7	443.458,0	9,0	48,3	504.113,4
Material de consumo	42.130,9	46.826,5	59.499,3	52.681,3	-11,5	5,7	53.062,8
Serviços de terceiros	213.683,3	233.224,7	323.069,9	363.456,9	12,5	39,6	420.846,1
Outras despesas de custeio	76.882,8	56.767,5	24.370,4	27.319,9	12,1	3,0	30.204,6
3 - Juros e amortizações da dívida	43.567,3	42.423,9	39.459,9	35.950,2	-8,9	3,9	43.198,0
4 - Investimentos¹	106.699,4	64.722,7	102.065,7	71.395,8	-30,0	7,8	108.635,3
5 - Reserva de contingência	-	-	-	-	..	-	1.250,0
6 - Despesa total (1+2+3+4+5)	792.570,5	780.066,6	894.958,3	918.653,3	2,6	100,0	1.117.524,7

Fonte: balanços municipais.

Notas: ¹Refere-se à despesa de capital, exceto as amortizações da dívida; ² Valores estimados para o ano de 2012.

Os gastos públicos são registrados em duas categorias distintas: despesas correntes e despesas de capital. Nas despesas correntes, estão incluídos os gastos com a folha de pagamento e seus encargos, o custeio dos serviços públicos e o pagamento de juros da dívida, entre outros. Já nas despesas de capital, estão incluídos os investimentos e a amortização da dívida pública.

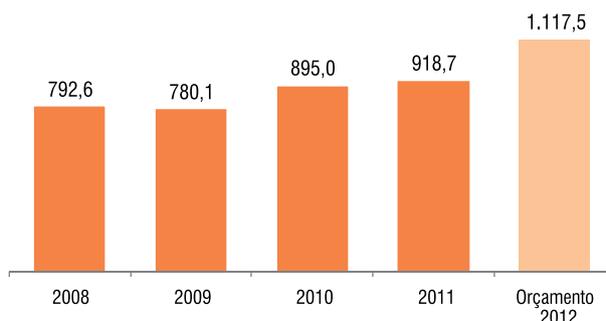
Como houve um arrefecimento no ritmo da evolução das receitas, as despesas da Prefeitura Municipal foram controladas e tiveram um aumento de apenas 2,6%, passando de R\$ 895 milhões para R\$ 918,7 milhões, entre 2010 e 2011.

O custeio representou 48,3% de toda a despesa da Prefeitura e foi o item, dentre os principais, que mais cresceu em 2011, com 9%. No entanto, essa expansão foi menor que a registrada em 2010, de 20,8% em relação a 2009. Os gastos com pessoal vieram em

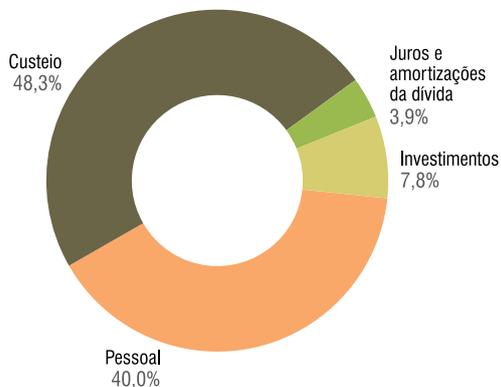
segundo lugar, tanto em participação na despesa, com 40%, quanto em aumento anual, com 6,2%.

As despesas com investimentos e com juros e amortizações da dívida, que, juntas, representaram 11,7% do total, recuaram em 30% e em 8,9%, respectivamente, em relação a 2010.

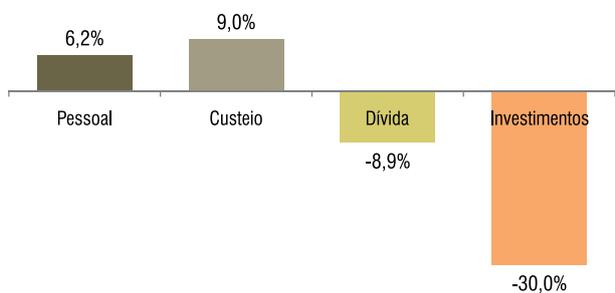
Evolução da despesa total
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Composição da despesa total - 2011



Taxa de crescimento dos principais itens da despesa - 2011/2010



3.1 PESSOAL

O gasto com pessoal é formado pelas despesas com os salários dos servidores, aposentadorias, pensões, contratações temporárias, obrigações patronais, dentre outros itens de menor importância. Entre 2010 e 2011, eles foram incrementados em R\$ 21,4 milhões, passando de R\$ 346,5 milhões para R\$ 367,8 milhões, respectivamente.

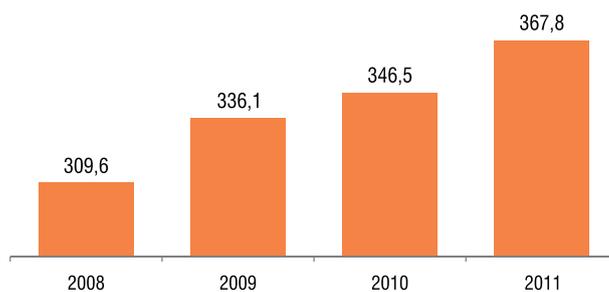
O crescimento desse item do gasto foi, portanto, de 6,2%, taxa acima da registrada pela receita corrente



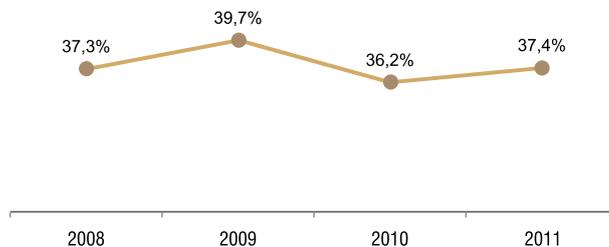
Balcão do Empreendedor

no mesmo período, de 2,6%. Isso fez com que o comprometimento da receita corrente com pessoal aumentasse de 36,2% para 37,4%. Mesmo com esse incremento, a despesa com pessoal de Jundiáí permanece dentro do limite estabelecido pela LRF (veja mais detalhes sobre a LRF no Saiba + da página 30).

Evolução da despesa com pessoal em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Evolução da despesa com pessoal em relação à receita corrente





Central de Monitoramento da Cidade

As secretarias de Educação e Esportes e de Assistência e Desenvolvimento Social, além da Guarda Municipal, foram os órgãos onde mais cresceu a despesa com pessoal, com um incremento de R\$ 18,8 milhões, R\$ 1,6 milhão e R\$ 1,9 milhão, o que equivaleu a taxas de crescimento de 14,9%,

18,1% e 8,7%, respectivamente.

O gasto com os servidores ativos cresceu 6,3%, totalizando R\$ 355,5 milhões. Coincidentemente, as contratações também aumentaram a uma taxa de 6,3%, no mesmo período.

Despesa com pessoal por secretaria

Secretaria municipal	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Educação e Esportes	126.058,7	144.843,9	14,9	39,4
Saúde	68.953,4	68.726,0	-0,3	18,7
Guarda Municipal	22.244,6	24.183,6	8,7	6,6
Planejamento e Meio Ambiente	21.517,7	19.433,9	-9,7	5,3
Serviços Públicos	18.137,5	18.721,4	3,2	5,1
Outras	89.581,0	91.940,5	2,6	25,0
Total	346.493,0	367.849,4	6,2	100,0

Fonte: balanços municipais.

Número de servidores por secretaria

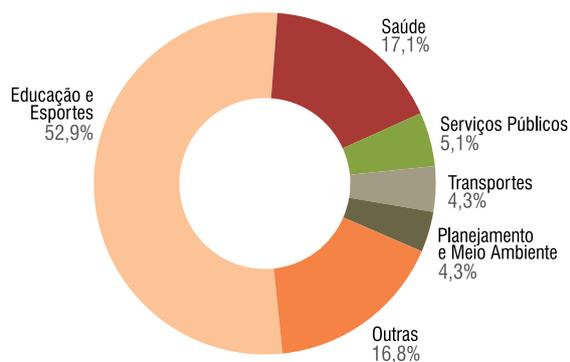
Secretaria municipal	2010	2011	Varição	Composição
			2011/2010	2011
			em %	
Educação e Esportes	3.499	3.854	10,1	52,9
Saúde	1.206	1.245	3,2	17,1
Serviços Públicos	361	373	3,3	5,1
Transportes	309	313	1,3	4,3
Guarda Municipal	275	279	1,5	3,8
Planejamento e Meio Ambiente ¹	296	290	-2,0	4,0
Assistência e Desenvolvimento Social	148	162	9,5	2,2
Finanças	156	171	9,6	2,3
Administração	120	121	0,8	1,7
Obras	112	112	0,0	1,5
Recursos Humanos	59	57	-3,4	0,8
Casa Civil	65	69	6,2	0,9
Cultura	58	47	-19,0	0,6
Negócios Jurídicos	64	64	0,0	0,9
Agricultura e Abastecimento	37	44	18,9	0,6
Comunicação Social	27	28	3,7	0,4
Desenvolvimento Econômico	28	29	3,6	0,4
Gabinete do Prefeito	19	17	-10,5	0,2
Assuntos Fundiários	11	11	0,0	0,2
Assuntos Parlamentares	8	6	-25,0	0,1
Total de servidores ativos	6.858	7.292	6,3	100,0
Inativos e pensionistas²	331	312	-5,7	..
Servidores cedidos ³	89	94	5,6	..
Total geral	7.278	7.698	5,8	..

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos.

Notas: ¹Constam servidores do quadro especial – DAE S.A.; ²Servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ e não pelo IPREJUN); ³Servidores cedidos a outros órgãos (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, dentre outros).

Um total de 434 novos servidores ativos foi incorporado ao quadro funcional, a maioria na Secretaria de Educação e Esportes (81,8%), seguida pela de Saúde (9%), Finanças (3,5%), Assistência e Desenvolvimento Social (3,2%) e Serviços Públicos (2,8%).

Distribuição dos servidores ativos por secretaria 2011



Servidores municipais da área de saúde

Número de servidores por vínculo

Vínculo	2010	2011	Variação	Composição
			2011/2010	2011
em %				
Estatutários	6.045	6.522	7,9	88,3
Comissionados	438	423	-3,4	5,7
Celetistas	177	159	-10,2	2,2
Temporários ¹	39	48	23,1	0,6
Outros ²	248	234	-5,6	3,2
Total ativos	6.947	7.386	6,3	100,0
Inativos e pensionistas ³	331	312	-5,7	..
Total	7.278	7.698	5,8	..

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos.

Notas: ¹Contratação temporária de médicos, professores, operadores de máquinas etc.; ²Servidores municipalizados, saúde, educação; ³Servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ).

SAIBA

Limites para a despesa com pessoal

A Lei Federal Complementar nº 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece alguns indicadores de controle sobre as finanças públicas que devem ser observados pelas três esferas de governo, cabendo ao ente público, no caso de descumprimento, diversas penalidades. Um desses indicadores estabelece um limite máximo para os gastos com pessoal.

De acordo com a LRF, a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal não poderá exceder a 54% do total da receita corrente líquida

(RCL). Caso contrário, o município ficará impedido de receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente e contratar operações de crédito, enquanto perdurar o excesso.

A RCL utilizada para o cálculo dos indicadores da LRF corresponde à receita corrente, excluídas as contribuições dos servidores ao sistema de previdência, as compensações financeiras entre os diversos regimes de previdência social e as deduções para o Fundeb. Em 2011, o comprometimento da RCL com pessoal do Executivo de Jundiá foi de 33,4%.

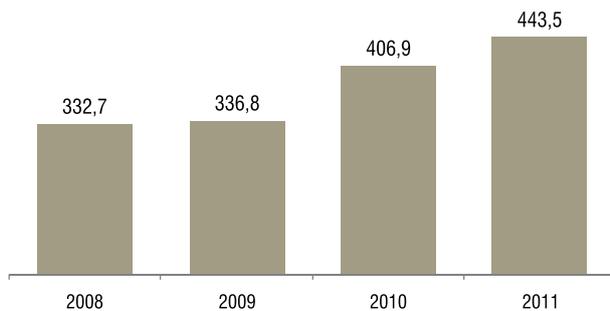
3.2 CUSTEIO

O custeio é composto pelas despesas destinadas a viabilizar o funcionamento dos serviços prestados à população, bem como à manutenção e conservação do patrimônio público. Nessa categoria, estão incluídos os gastos com energia elétrica, telefonia, conservação de vias públicas, limpeza e coleta de lixo, combustíveis, compra de materiais de diversas naturezas — como medicamentos, materiais ambulatoriais, limpeza e de escritório, dentre outros necessários à provisão dos serviços públicos.

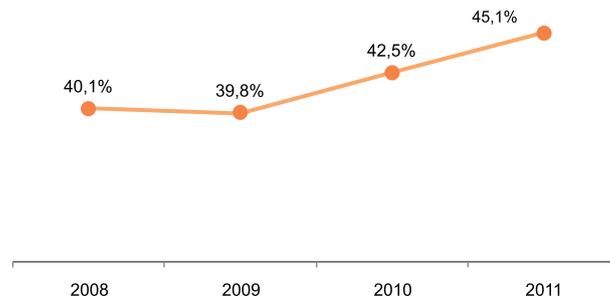
Em 2011, o custeio aumentou 9%, totalizando R\$ 443,5 milhões. Sua participação na receita corrente subiu de 42,5% para 45,1%. Os gastos com custeio tendem a aumentar com o crescimento da cidade e a expansão dos investimentos. Novas ruas, escolas, praças, unidades de saúde, dentre outros equipamentos, necessitam de maior volume de recursos para manutenção.

O custeio pode ser dividido em três grandes grupos: serviços de terceiros, material de consumo e outras despesas de custeio. O primeiro grupo citado é o

Evolução da despesa com custeio
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Evolução da despesa com custeio em relação à receita corrente



maior em termos de volume de recursos aplicados. Os dispêndios efetuados em 2011 com serviços de terceiros, de R\$ 363,5 milhões, representaram 82% do total do custeio municipal. Houve um aumento de 12,5%, nesse item, em relação a 2010.

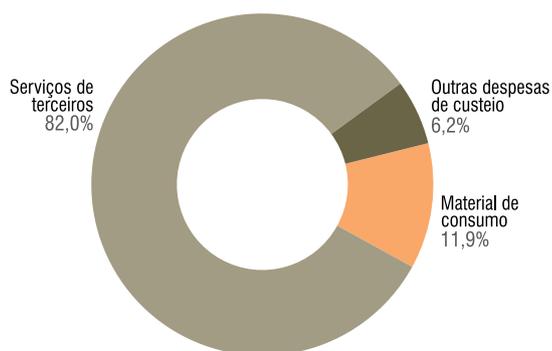
A maior parte dos gastos com serviços de terceiros

são destinados à manutenção e expansão da iluminação e aos serviços de limpeza pública e coleta de lixo da cidade. Os gastos com material de consumo, de R\$ 52,7 milhões, tiveram uma redução de 11,5%, o que representou uma economia de R\$ 6,8 milhões. As demais despesas de custeio totalizaram R\$ 27,3 milhões, valor 12,1% acima do realizado em 2010.



Distribuição de medicamentos na Unidade Básica de Saúde Agapeama

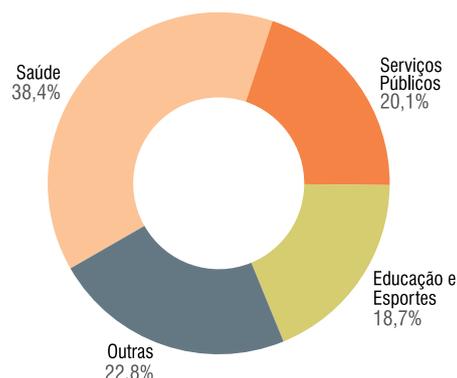
Composição da despesa de custeio - 2011



A Secretaria de Saúde, devido à grande demanda por materiais hospitalares, ambulatoriais, odontológicos e medicamentos, e ainda em função do custo dos serviços médicos e de diagnósticos prestados, é o órgão municipal que concentra a maior parte dos gastos com custeio (38,4%). Em 2011, eles totalizaram R\$ 170,4

milhões, R\$ 18,6 milhões a mais que no ano anterior. As secretarias de Serviços Públicos (20,1%) e Educação e Esportes (18,7%) também possuem uma grande participação no custeio municipal.

Despesa com custeio por secretaria - 2011



Despesas com custeio por secretaria

Secretaria municipal	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011			em %
Saúde	151.766,3	170.356,8	12,2	38,4
Serviços Públicos	84.020,8	89.098,6	6,0	20,1
Educação e Esportes	75.200,1	82.785,6	10,1	18,7
Outras	95.952,4	101.217,0	5,5	22,8
Total	406.939,7	443.458,0	9,0	100,0

Fonte: balanços municipais.

3.3 DÍVIDA

Desde 2008, quando atingiu o ápice, a despesa com juros e amortizações tem diminuído gradativamente. Em 2011, elas totalizaram R\$ 36 milhões, 8,9% menor em relação ao ano anterior. O comprometimento da receita corrente com esse tipo de gasto também vem caindo e alcançou 3,7%, em 2011. Dessa despesa, a maior parte, 72,2%, refere-se ao pagamento de juros e encargos, que somaram R\$ 26 milhões. O restante, 27,8% ou R\$ 10 milhões, foram gastos com as amortizações do principal da dívida.

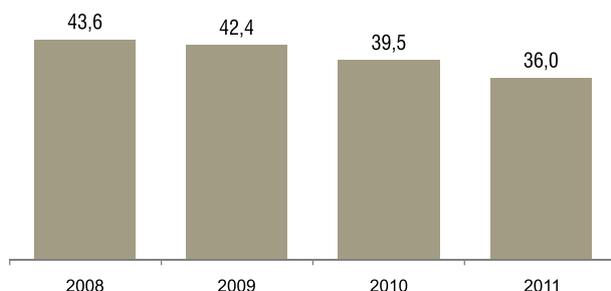
Os juros e amortizações referem-se a despesas realizadas pela municipalidade para o pagamento de dívidas de longo prazo. Ou seja, aquelas que possuem prazos de vencimento superiores a 12 meses,

também conhecidas por dívida consolidada ou dívida fundada. A maior parte da dívida fundada de Jundiá (72,2%) é composta por operações de crédito utilizadas para diversos investimentos na cidade.

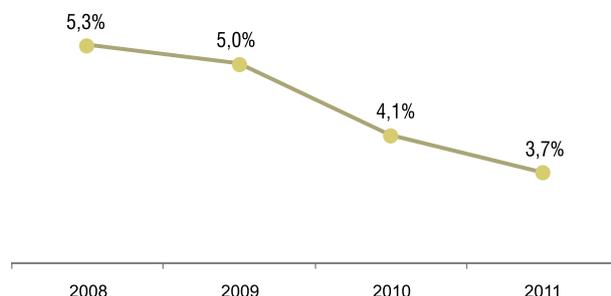
Os maiores credores são o Banco do Brasil, com R\$ 178,1 milhões, e a Caixa Econômica Federal, com R\$ 32,9 milhões. O Município também possui uma dívida com o IPREJUN, de R\$ 107,4 milhões, representando 31,4% do total.

Com relação aos precatórios (requisitórios judiciais), do total de R\$ 10,7 milhões, foram pagos R\$ 9,9 milhões, em 2011. Mas, como foram incorporados mais R\$ 20,9 milhões entre precatórios novos e correção monetária, o saldo devedor ao final de 2011 foi de R\$ 21,7 milhões.

Evolução da despesa com a dívida
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Evolução dos gastos com a dívida em relação à receita corrente



Entre 2010 e 2011, a dívida fundada do Município teve um aumento nominal de 6,1%, devido, principalmente, à inclusão de R\$ 25,3 milhões a título de juros e correção monetária do contrato de refi-

nanciamento da dívida municipal com o Banco do Brasil, e o ingresso dos novos precatórios, no valor de R\$ 20,5 milhões.

SAIBA

Limite de Endividamento na LRF

A Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em conjunto com a LRF, limitam a dívida consolidada líquida municipal ao máximo de 120% da receita corrente líquida. A dívida consolidada líquida equivale à dívida pública consolidada, somados os restos a pagar e deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Em Jundiaí – considerando-se os ativos do IPREJUN, conforme determina o TCE-SP – não houve comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com a dívida consolidada líquida no exercício de 2011. Isso significa que o Município possui uma grande margem para captação de novos recursos que podem ser utilizados em investimentos, caso haja necessidade.

Perfil da dívida fundada 2010/2011

Itens da dívida fundada	31/12/2010	31/12/2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - correntes		em %	
Operações de crédito	207.795,4	212.786,3	2,4	72,2
• Banco do Brasil	172.402,8	178.057,1	3,3	52,1
• Caixa Econômica Federal	31.950,4	32.863,2	2,9	9,6
Pró-Moradia	689,6	587,1	-14,9	0,2
Saneamento para Todos	31.258,9	32.276,2	3,3	9,4
Pró-Mob	1,8	-	-100,0	-
• BNDES	3.442,1	1.865,9	-45,8	0,5
PMAT	2.141,5	1.682,6	-21,4	0,5
FINAME	1.300,6	183,3	-85,9	0,1
Outras dívidas	114.617,8	129.144,9	12,7	27,8
• IPREJUN dívida	33.056,7	73.241,8	121,6	21,4
• IPREJUN empréstimo	70.843,7	34.175,7	-51,8	10,0
• Requisitórios judiciais	10.717,4	21.727,4	102,7	6,4
Total geral	322.413,2	341.931,2	6,1	100,0

Fonte: Secretaria de Finanças.

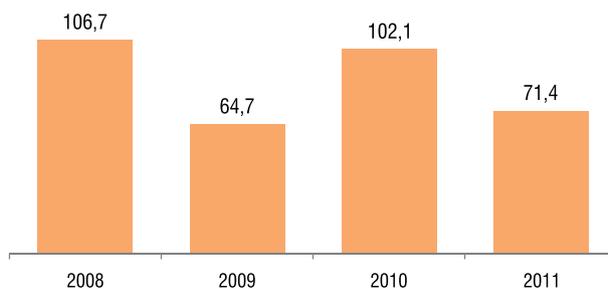
3.4 INVESTIMENTOS

São classificados como investimentos os gastos com obras, instalações, aquisição e desapropriações de imóveis, equipamentos e materiais permanentes, dentre outros itens menos relevantes. Em 2011, o volume de investimento em Jundiá somou R\$ 71,4 milhões, valor muito próximo da média aplicada na última década.

Os investimentos tendem a variar ao longo do tempo, pois estão sujeitos à influência de diversos fatores. Geralmente, em anos de crise econômica ou de baixa arrecadação, seu volume é sensivelmente diminuído, uma vez que outros gastos, como pessoal e custeio, são mais rígidos a cortes.

Existem também situações específicas de cada cidade que afetam o desempenho de seus investimentos. No

Evolução dos investimentos
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



caso de Jundiá, em 2010, foram destinados R\$ 18,7 milhões para o aumento de capital da DAE S.A., e outros R\$ 14,7 milhões para pagamento de precatórios, vários deles relativos a desapropriações, valores esses que fazem parte do total dos investimentos. Essas despesas elevaram os investimentos de 2010 para R\$ 102,1 milhões.



Mário Sérgio

Investimentos na infraestrutura da cidade que alimentam a geração de empregos - Distrito Industrial I ao lado da Rodovia Anhanguera



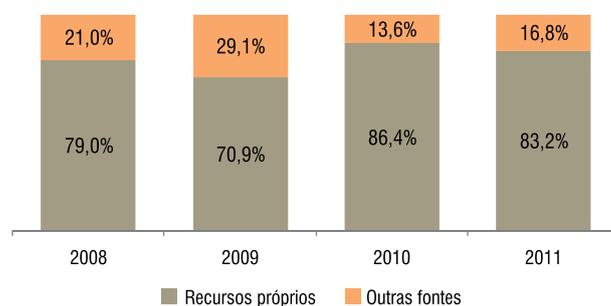
Quadra Poliesportiva da EMEB Pedro de Oliveira na Vila Joana

Em 2011, essas situações pontuais não se repetiram e os investimentos retornaram ao nível médio aplicado nos anos anteriores. Quando se compara exclusivamente os valores aplicados em obras e instalações, equipamentos e material permanente, e aquisição de imóveis, o volume investido em 2011 superou em 7% o de 2010, passando de R\$ 60,7 milhões para R\$ 65 milhões.

Do total investido em 2011, ou seja, dos R\$ 71,4 milhões, 83,2% dos recursos provieram dos cofres municipais. Os demais 16,8% tiveram origem em operações de crédito (R\$ 2,3 milhões), alienações de bens móveis e imóveis (R\$ 2,6 milhões), recursos de convênios recebidos da União (R\$ 142,6 mil) e do Estado (R\$ 811 mil) e receita oriunda do Banco Bradesco (R\$ 3,2 milhões) pela alienação dos serviços relativos a

pagamento dos salários dos servidores, além de R\$ 2,9 milhões transferidos pelo Ministério das Cidades para a urbanização do bairro Parque Centenário e para a construção de habitações populares no bairro Vila Ana.

Composição dos investimentos por fonte de recursos



Composição dos investimentos

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Obras e instalações	46.072,3	54.457,8	18,2	76,3
Equipamentos e material permanente	14.239,9	7.289,6	-48,8	10,2
Aquisição de imóveis	371,3	3.207,1	763,7	4,5
Subtotal	60.683,5	64.954,5	7,0	91,0
Sentenças judiciais	14.738,3	3.262,1	-77,9	4,6
Material de consumo	5.272,3	1.979,4	-62,5	2,8
Indenizações e restituições	454,7	277,9	-38,9	0,4
Outros	20.917,0	921,8	-95,6	1,3
Total	102.065,7	71.395,8	-30,0	100,0

Fonte: balanços municipais.

Investimento por fonte de recursos

Origem do recurso	2010	2011	Varição 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Recursos próprios	88.207,3	59.417,6	-32,6	83,2
Operações de crédito	10.012,6	2.324,6	-76,8	3,3
Transferências de capital	3.068,0	953,6	-68,9	1,3
Transferências capital da União	2.055,9	142,6	-93,1	0,2
Transferências capital do Estado	1.012,1	811,0	-19,9	1,1
Outras receitas de capital	777,8	8.700,0	1.018,5	12,2
Total	102.065,7	71.395,8	-30,0	100,0

Fonte: balanços municipais.



Pavimentação de ruas e avenidas na cidade

Investimentos – 2011

Órgão	Descrição	Valor
		em R\$ mil
Secretaria de Obras	Pavimentação e retificação de vias urbanas	15.877,3
	Construção e reforma de pontes e viadutos	10.909,2
	Construção de galerias de águas pluviais	2.230,9
	Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos	1.565,1
	Pavimentação e retificação de estradas vicinais	926,3
	Estabilização de encostas e taludes	689,1
	Programa de mobilidade urbana	191,4
	Total da secretaria	32.389,3
Secretaria de Educação e Esportes	Construção, ampliação e reforma de prédios escolares (fundamental)	11.857,4
	Ampliação, construção e reformas de Centros Educacionais Esportivos	3.670,1
	Construção e ampliação de unidades escolares (pré-escola)	1.427,1
	Construção, ampliação e reforma de creches	619,0
	Total da secretaria	17.573,5
Secretaria de Serviços Públicos	Revitalização e implantação de praças, parques e áreas ajardinadas	2.828,7
	Ampliação e manutenção de pavimentação em vias públicas	882,2
	Ampliação de galerias de águas pluviais - vias urbanas e estradas vicinais	816,7
	Expansão e manutenção da rede e pontos de iluminação pública	770,0
	Jardim Botânico e viveiro de mudas (obras e equipamentos permanentes)	120,4
	Manutenção de praças, parques e áreas ajardinadas	107,1
	Pavimentação em estradas vicinais - ampliação	100,0
	Total da secretaria	5.625,1
Secretaria de Saúde	Construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde	2.520,7
	Prestação de assistência médica - PA/SAMU/SAEC	615,4
	Construção e ampliação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	70,2
	Total da secretaria	3.206,2
Secretaria da Casa Civil	Construção do Centro Integrado de Cidadania (convênio com a Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo - SJDC), desapropriações de imóveis (convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública de São Paulo) e ações da Defesa Civil, Bombeiros, FUNSS e entes conveniados	1.121,0
Guarda Municipal	Serviços e ações de apoio à segurança pública	1.083,0
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	Ações de educação ambiental, preservação da reserva biológica, entre outras ações	680,9
Secretaria de Transportes	Fundo Municipal de Trânsito	245,9
	Manutenção dos terminais urbanos e rodoviários	138,7
	Total da secretaria	384,7
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	Ações de assistência ao idoso, ações voltadas à população de rua, ações pelo direito à cidadania, implantação do Centro de Referência de Assistência Social, implantação do Centro da Juventude, entre outras ações	585,0
Secretaria de Cultura	Ações da Casa da Cultura, ações do Centro das Artes, ações do cine-teatro Polytheama, ações do Museu Histórico e Cultural, entre outras ações	284,8
Secretaria de Finanças	Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT II)	244,8
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Central de Atendimento ao Empreendedor Individual, gestão das ações de promoção industrial, entre outras ações	152,9
Pagamentos requisitórios		3.237,5
Investimentos das demais secretarias e outras ações		4.827,3
Total dos investimentos		71.395,8

Fonte: Secretaria de Finanças.

4

DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

As despesas públicas também podem ser analisadas pelas funções de governo, ou seja, segundo as áreas de aplicação dos recursos. Cada função subdivide-se em subfunções e essas, em programas. Em Jundiá, a despesa municipal está classificada em 19 funções. A seguir, são apresentadas nove das funções mais importantes.

4.1 EDUCAÇÃO

Em Jundiá, os gastos com educação são realizados, em sua maioria, pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, e, em menor parte, por alguns órgãos da

administração indireta, como a Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ), a Escola Superior de Educação Física (ESEF) e a Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE). É a função que absorve a segunda maior parcela da despesa consolidada do Município, 22,4% do total, ficando atrás apenas dos gastos efetuados na saúde.

A despesa consolidada com educação, isto é, incluindo as administrações direta e indireta, totalizou R\$ 239,6 milhões, com um incremento de R\$ 24 milhões em relação a 2010. Desse total, R\$ 215,8 milhões foram recursos aplicados diretamente pela Prefeitura, valor 11,6% acima do aplicado no ano anterior, de R\$ 193,4 milhões.

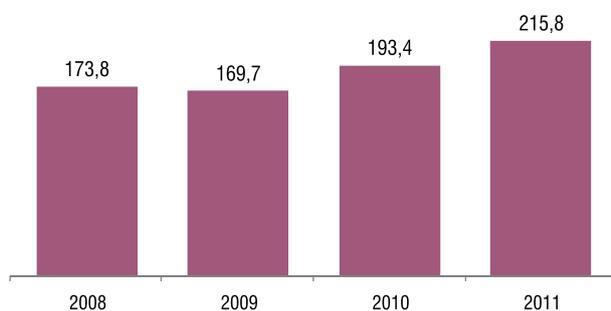
Sala para aulas de música (direita) e refeitório (abaixo) da EMEB Prof. Luiz Biela de Souza





Escola de tempo integral EMEB Prof. Luiz Biela de Souza em Santa Gertrudes

Evolução da despesa da Prefeitura com educação
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



A maior parte da despesa com educação realizada pela Prefeitura, ou seja, não consolidada com os órgãos da

administração indireta, foi destinada à manutenção do Ensino Fundamental, totalizando R\$ 131,6 milhões. A Educação Infantil, que contempla as creches e pré-escolas, consumiu R\$ 78,9 milhões. Outras subfunções totalizaram R\$ 5,3 milhões.

Ao todo, a rede municipal de ensino básico de Jundiá atende a 36.071 alunos, em quatro modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA), distribuídos em 120 unidades escolares. Todo o ensino público até o 5º ano do Ensino Fundamental é custeado, exclusivamente, pela Prefeitura. A rede estadual atende a maior parte do Ensino Fundamental a partir do 6º ano e a totalidade do Ensino Médio e da Educação Profissional.

Despesa da Prefeitura com educação, por modalidade de ensino

Modalidade	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011			
Ensino Fundamental	121.341,13	131.553,80	8,4	61,0
Ensino Infantil	67.071,40	78.949,53	17,7	36,6
Demais	4.955,90	5.311,81	7,2	2,5
Total	193.368,43	215.815,14	11,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Número de alunos por modalidade de ensino da rede municipal

Modalidade de ensino	2010	2011	Varição	Composição
			2011/2010	2011
			em %	
Creche	3.669	3.416	-6,9	9,5
Pré-escola	6.917	7.043	1,8	19,5
Ensino Fundamental	19.046	18.439	-3,2	51,1
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	6.885	6.800	-1,2	18,9
Educação Especial	293	373	27,3	1,0
Total	36.810	36.071	-2,0	100,0

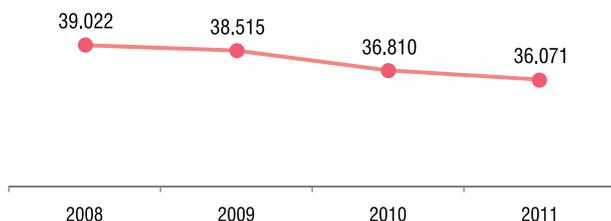
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Quantitativo de unidades escolares da rede municipal

Tipo de unidade escolar	2010	2011
Creche	29	30
Ensino Fundamental	28	29
Pré-escola / Ensino Fundamental	52	26
Creche / Pré-escola	0	20
Núcleos de Educação de Jovens e Adultos	7	13
Creche / Pré-escola / Ensino Fundamental	0	1
Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos	1	1
Total	117	120

Fonte: Secretaria de Educação e Esportes.

Evolução das matrículas na rede municipal de ensino

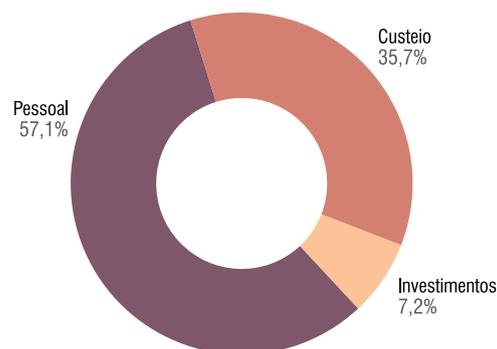


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A maior parte dos gastos da Prefeitura com educação é destinada ao pagamento de pessoal, pois é uma área com intensiva utilização de mão de obra. Em 2011, a despesa com pessoal aumentou 17%, passando de R\$ 105,3 milhões para R\$ 123,2 milhões, o que

representou 57,1% da despesa total com a função. Os gastos com custeio tiveram um crescimento tímido, de 1,9%, totalizando R\$ 77,1 milhões, enquanto que os investimentos subiram 24,6%, chegando a R\$ 15,5 milhões.

Despesa da Prefeitura com educação por item - 2011



Principais despesas da Prefeitura com a função educação

Itens	2010	2011	Varição	Composição
			2011/2010	2011
			em %	
Pessoal	105.322,7	123.241,4	17,0	57,1
Custeio	75.625,2	77.098,4	1,9	35,7
Investimentos	12.420,5	15.475,3	24,6	7,2
Total	193.368,4	215.815,1	11,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos da Prefeitura em educação – 2011

Contrato	Descrição	Valor em R\$
189/2010	Construção da EMEB Prof. Luiz Biela de Souza – Santa Gertrudes	3.055.432,59
157/2010	Reforma do Espaço João Guimarães Rosa – Complexo Argos	1.274.858,09
109/2011	Construção da EMEB Professora Janet Ferreira Prado – Vila Nambi	1.233.579,17
34/2010	Ampliação da EMEB Fábio Rodrigues Mendes – Engordadouro	1.146.382,45
188/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Pedro de Oliveira – Ponte São João	667.354,15
166/2010	Ampliação da EMEB Pedro de Oliveira – Ponte São João	470.433,30
200/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Melânia Fortarel Barbosa – Bairro do Poste	464.883,52
148/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Aparecido Garcia – Jardim Martins	367.452,34
178/2010	Cobertura da EMEB Alverinda Barbosa Martins – Jardim Bonfigliori	325.039,19
170/2010	Ampliação da EMEB Geralda Bethola Facca – Jardim do Lago	324.315,35
201/2011	Reconstrução do muro da EMEB Deodato Janski – Jardim Tarumã	227.891,31
216/2011	Ampliação da EMEB Ângela Rinaldi Bagne – Rio Acima (em andamento)	193.650,13
248/2010	Reforma da quadra poliesportiva da EMEB Amélia I. Lopes – Vila Esperança	101.227,96
175/2011	Ampliação da EMEB Clotilde Copelli de Miranda – Jardim do Lago	70.880,16
176/2011	Ampliação da EMEB Wilma Nalim Fávoro – Santa Gertrudes (em andamento)	61.931,94
198/2011	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Judith de A. C. Arruda – Cidade Nova I (em andamento)	47.705,85
62/2009	Construção da EMEB Prof. Anezio de Oliveira – Vila Marlene	24.404,16

Fonte: Secretaria de Educação e Esportes.

SAIBA

A aplicação mínima de recursos na educação

Os municípios devem atuar prioritariamente na educação infantil e fundamental, de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal. Para custear essas despesas, o mesmo artigo estabelece que deve haver uma aplicação anual mínima de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Em 2011, Jundiá aplicou 26,52% das receitas vinculadas às ações de MDE, superando, assim, a exigência constitucional mínima.

O município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de recursos em ações de MDE estará sujeito a diversas punições, cuja principal é parecer desfavorável à prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, que, se mantido

pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos.

Fundeb

Além da aplicação mínima de 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais citada acima, a educação municipal também é financiada com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O Fundeb, criado pela EC nº 53/2006 e regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/2007 e pelo Decreto Federal nº 6.253/2007, é um fundo de natureza contábil cujos recursos provêm das três esferas de governo. Os municípios contribuem com 20% das transferências recebidas do ICMS, IPVA, ITR, FPM e Lei Kandir; os governos estaduais, com 20% de suas arrecadações do ICMS, IPVA, Imposto sobre a Transmissão

de bens Causa Mortis (ITCD) e repasses obtidos do IPI-exportação, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Lei Kandir; e a União, com uma complementação de recursos, nos casos em que o repasse por aluno não alcançar o valor mínimo anual definido nacionalmente.

O objetivo principal do Fundeb é promover a universalização, manutenção e melhoria da qualidade do ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e qualificação do magistério de toda a educação básica pública, desde a creche até o ensino médio. O Fundo é constituído em âmbito estadual e é distribuído entre o Estado e seus respectivos municípios de acordo com o número de matrículas no ensino básico de cada ente, levando-se em conta o piso nacional de aplicação de investimento por aluno, fixado em lei a cada ano. Dessa forma, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades de renda existentes entre as várias regiões do país, uma vez que garante a cada ente governamental um repasse mínimo dos recursos, independentemente do nível de contribuição do mesmo junto ao fundo.

Pela legislação vigente, no mínimo 60% dos recursos recebidos do Fundeb devem ser destinados à remuneração dos profissionais do ma-

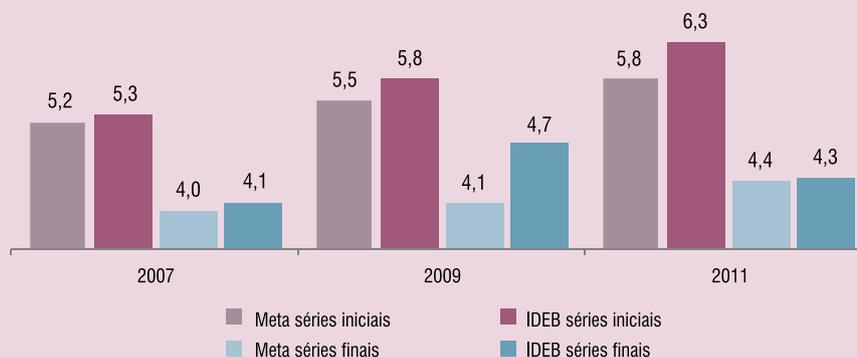
gistério dos ensinos infantil e fundamental e, no máximo, 40% na manutenção e desenvolvimento do ensino básico. Em 2011, todo o recurso recebido do Fundeb por Jundiá foi aplicado na remuneração do magistério municipal.

IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 com o objetivo de verificar a qualidade do ensino básico no país. O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a cada dois anos e toma como base as avaliações de desempenho dos alunos e as taxas de aprovação, variando de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a nota 6 até 2022, índice que corresponde à qualidade de ensino de países desenvolvidos.

O IDEB apresenta duas notas para o Ensino Fundamental: uma para as séries iniciais (5º ano) e outra para as séries finais (9º ano). Em 2011, as séries iniciais da rede municipal de ensino de Jundiá alcançou nota 6,3, superando a meta brasileira para o ano de 2022. Em contrapartida, as séries finais obtiveram nota 4,3, mas ficaram acima da média das escolas públicas municipais do Brasil para o mesmo ano, de 3,8.

Desempenho do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Jundiá no IDEB





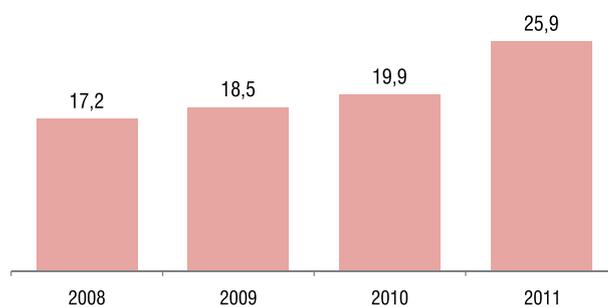
Equipamentos de ginástica ao ar livre implantados no bairro Ponte São João

4.2 ESPORTE E LAZER

As despesas com esporte e lazer, em Jundiá, são realizadas pela Secretaria Adjunta de Esportes, órgão ligado à Secretaria de Educação e Esportes, com uma pequena participação da Fundação Casa da Cultura.

Em 2011, os gastos com esporte e lazer cresceram 29,9% e atingiram R\$ 25,9 milhões. O investimento foi o item que mais contribuiu para essa elevação, passando de R\$ 227,3 mil para R\$ 3,8 milhões, entre 2010 e 2011. Destaca-se a reforma da praça de esportes do Ginásio Dr. Nicolino de Lucca, no valor de R\$ 2,7 milhões. O custeio também apresentou um crescimento elevado, de 23,6%, totalizando R\$ 6,8

Evolução da despesa com esportes e lazer
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



milhões. A despesa com pessoal, que absorve 59% dos gastos com essa função, teve um incremento de R\$ 1,1 milhão, somando R\$ 15,3 milhões.

Despesa com a função esporte e lazer por item

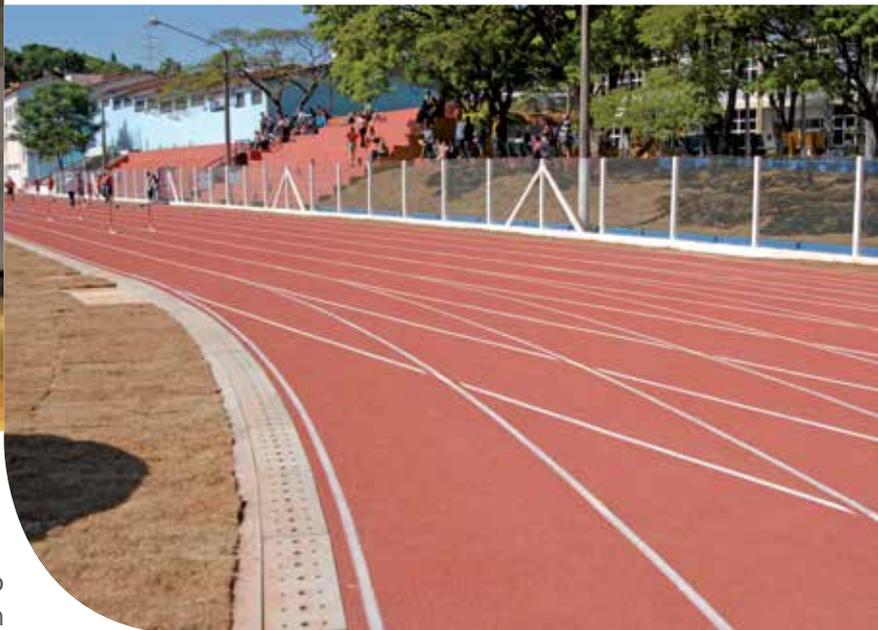
Programa	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	14.167,9	15.262,3	7,7	59,0
Custeio	5.528,9	6.836,1	23,6	26,4
Investimentos	227,3	3.786,8	1.566,0	14,6
Total	19.924,1	25.885,2	29,9	100,0

Fonte: balanços municipais.



Nova pista de atletismo no Bolão

Festival de ginástica rítmica



Observando-se a despesa distribuída segundo o tipo de atividade esportiva, a maior parte da despesa com esporte e lazer é destinada a programas de desporto comunitário, como inclusão esportiva dos portadores de deficiência, ginástica corporal com os idosos, atividades de incentivo motor, ginástica artística e circense e artes marciais, dentre outros. Em 2011, essas atividades consumiram R\$ 24,2 milhões e foram realizadas nos 18 Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos (CECE) e nas 22 Unidades de Apoio (UA) espalhados pelos bairros da cidade.

A Prefeitura também incentiva a prática de esportes competitivos, apoiando atletas e entidades esportivas na participação de torneios e campeonatos, como os Jogos Abertos e Regionais da Juventude e os Jogos Estaduais e Regionais dos Idosos. Foram destinados R\$ 1,4 milhão à realização dessas atividades em 2011.

Despesa com a função esporte e lazer por programa

Programa	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Desporto de rendimento	1.578,9	1.362,5	-13,7	5,3
Desporto comunitário	18.197,9	24.186,0	32,9	93,4
Lazer	147,3	336,7	128,5	1,3
Total	19.924,1	25.885,2	29,9	100,0

Fonte: balanços municipais.

Distribuição de recursos por modalidade esportiva – 2011

Esporte educacional	Promover o acesso aos equipamentos esportivos de lazer e incentivar atividades motoras, beneficiando a população com educação completa.		
Programa Segundo Tempo: iniciação esportiva em ginástica circense, karatê, tae-kwon-do, tênis, ginástica artística e boxe.		R\$ 1.371.000	8.000 crianças e adolescentes atendidos
Esporte de Participação e 3ª idade	Contribuir para a integração social principalmente das pequenas portadoras de necessidades especiais e 3ª idade, na promoção da saúde e educação do indivíduo.		
Programa Segundo Tempo: iniciação esportiva em ginástica circense, karatê, tae-know-do, tênis, ginástica artística e boxe		R\$ 637.246	16.852 adultos atendidos
Esporte de rendimento	Incentivar a prática de esportes competitivos e apoiar atletas e entidades esportivas na participação de torneios e campeonatos		
Jogos abertos, regionais da juventude, jogos regionais e estaduais dos idosos.		R\$ 522.608	1.180 atletas atendidos

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.

Principais investimentos realizados em esportes e lazer – 2011

Contrato	Descrição	Valor em R\$
61/2011	Reforma da praça de esportes do Ginásio de Esportes Dr. Nicolino de Lucca - Anhangabaú	2.729.208,52
224/2011	Construção do Complexo Educacional - Ivoituruaia (em andamento)	2.483.222,90
191/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Hermenegildo Martinelli - Jardim Vera Cruz	738.923,27
192/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Glória da Silva Rocha Genovese - Vila Cristo Redentor	630.211,26
199/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Lázaro Miranda Duarte - Vila Nova Jundianópolis	626.515,89
214/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Cléo Nogueira Barbosa - Parque Almerinda Chaves	617.790,31
225/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Duílio Mazieiro - Bairro da Toca	574.398,89
167/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Ivo de Bonna - Parque Almerinda Chaves	572.908,86
252/2010	Construção da cobertura da quadra poliesportiva na EMEB Pedro Clarismundo Fornari - Rio Acima	558.127,31

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.

4.3 CULTURA

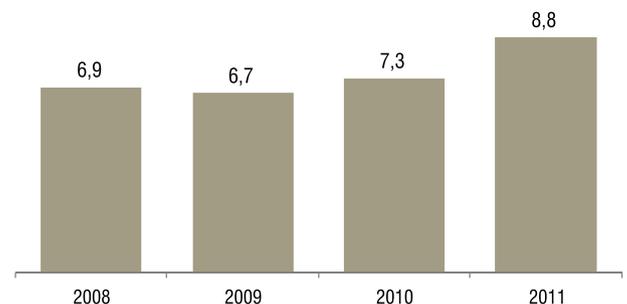
A despesa com a função cultura em Jundiaí é de responsabilidade de dois órgãos: Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Casa da Cultura. Em 2011, essa despesa aumentou 21,1%, passando de R\$ 7,3 milhões para R\$ 8,8 milhões. Desse total, R\$ 3,5 milhões foram gastos com pessoal, R\$ 5 milhões com despesas de custeio e R\$ 297,6 mil com investimentos.

A estrutura pública municipal existente em Jundiaí para a realização de eventos culturais e exposições é composta pelo Centro das Artes — Sala Glória Rocha, Teatro Polytheama, Museu Histórico e Cultural, Centro Jundiaense de Cultura Josefina Rodrigues da Silva (JORSIL) e Pinacoteca Diógenes Duarte Paes.

Além das atividades culturais promovidas nesses locais,

a Prefeitura se encarrega também da preservação do patrimônio histórico e realiza diversos eventos em centros comunitários, igrejas, escolas, parques, jardins e terminais de ônibus. Destacam-se oficinas culturais de teatro e dança, concertos musicais, mostras de cinemas e desfile das escolas de samba.

Evolução da despesa com cultura
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Em comemoração ao Centenário do Teatro Polytheama, houve uma programação especial ao longo de 2011.



Principais despesas com a função cultura

Itens	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	3.372,3	3.502,9	3,9	39,8
Custeio	3.768,6	4.990,5	32,4	56,8
Investimentos	118,4	297,6	151,4	3,4
Total	7.259,3	8.791,0	21,1	100,0

Fonte: balanços municipais.

Ações realizadas pela Secretaria de Cultura – 2011

Programa Incentivo à Cultura	Desenvolver atividades que levam à formação de público e ao reconhecimento da diversidade cultural.	
Viagem Fantástica, Matinê, Grandes Concertos, Grandes Espetáculos, Vitrine da Dança, Produções artísticas, Centro de Estudo de Teatro, Corpo Estável de Dança, Corpo Estável de Teatro, Orquestra Municipal, Exposições, Dança na Glória Rocha, Projeto Cine Clube, Carnaval.		241.530 atendidos
Preservação da História	Proteger e promover o patrimônio histórico e cultural, dinamizar a atuação dos museus.	
Exposições, Cine Zoom (documentários), Concertos de Inverno, Palestras e Pinacoteca.		46.752 atendidos

Fonte: Secretaria de Cultura.

4.4 SAÚDE

Em Jundiaí, a despesa com saúde absorve a maior fatia do orçamento municipal. Em 2011, representou 26% da despesa total. O Município gastou R\$ 277,5 milhões, valor 4,6% maior em relação a 2010. Desse total, R\$ 206,1 milhões foram custeados por recursos próprios da Prefeitura e R\$ 71,4 milhões tiveram origem nas transferências governamentais para o SUS, sendo R\$ 70,6 milhões proveniente da União e R\$ 805,6 mil do Estado.

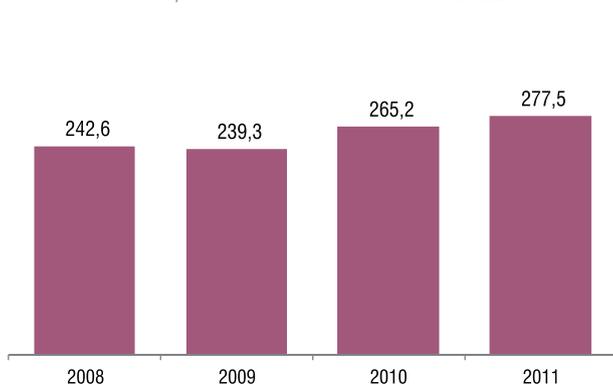
A maior parte do orçamento com a função saúde é destinado ao custeio, que absorveu R\$ 204,5 milhões, em 2011, 10,7% a mais que no ano anterior. Desse total, R\$ 114,9 milhões foram destinados ao Hospital

de Caridade São Vicente de Paulo, R\$ 29,9 milhões à Faculdade de Medicina de Jundiaí, que administra o Hospital Universitário, e outros R\$ 59,7 milhões para os demais custeios, que incluem a manutenção e o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

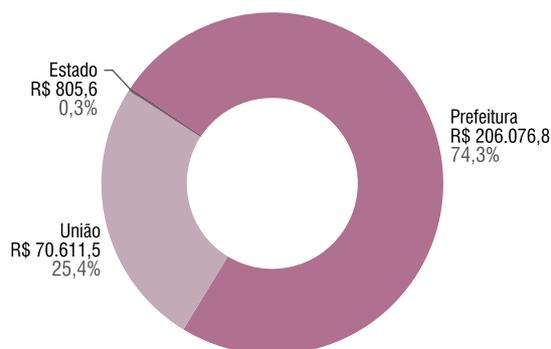
A grande participação da despesa com custeio na saúde deve-se ao custo elevado dos medicamentos, materiais de consumo, materiais ambulatoriais, exames e manutenção dos equipamentos, indispensáveis ao funcionamento do setor.

O gasto com pessoal permaneceu relativamente estável, com uma queda de -0,3% em relação a 2010, totalizando R\$ 68,7 milhões. O investimento foi reduzido em relação a 2010, passando de R\$ 11,5 milhões

Evolução da despesa com saúde
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Origem dos recursos para a saúde - 2011
em R\$ mil





O Município possui quatro pronto-atendimentos: Policlínicas da Vila Hortolândia e do Retiro, PAs da Ponte e Central (HSVP)

para R\$ 4,3 milhões. Parte dessa redução deveu-se à conclusão das obras do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), que totalizaram mais de R\$ 6 milhões.

Em relação à despesa por nível de atendimento, as assistências hospitalares absorveram R\$ 187,4 milhões em 2011, valor bem próximo ao do ano anterior, o que

representou 67,5% de toda a despesa com saúde. Os recursos aplicados nos serviços de atenção básica à saúde, por sua vez, foram de R\$ 54,6 milhões.

Atualmente, o Município de Jundiaí conta com dois hospitais municipais, quatro pronto-atendimentos, 31 UBS, 19 ambulâncias, cinco equipes de saúde da família e outras 17 estruturas de atendimentos específicos.

Principais despesas com a função saúde

Itens	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	68.953,4	68.726,0	-0,3	24,8
Custeio	184.702,6	204.514,6	10,7	73,7
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	103.375,9	114.886,6	11,1	41,4
Demais custeios	81.326,7	89.628,0	10,2	32,3
Investimentos	11.536,6	4.253,2	-63,1	1,5
Total	265.192,7	277.493,9	4,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Despesa com saúde por nível de atendimento

Itens	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Assistência hospitalar	185.969,3	187.402,6	0,8	67,5
Atenção básica	56.396,3	54.606,6	-3,2	19,7
Vigilância epidemiológica	10.483,8	11.193,7	6,8	4,0
Administração geral	7.160,4	7.034,1	-1,8	2,5
Vigilância sanitária	5.182,9	3.890,3	-24,9	1,4
Suporte profilático e terapêutico	-	13.366,4	-	4,8
Total	265.192,7	277.493,9	4,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos em saúde – 2011

Contrato	Descrição	Valor em R\$
171/10	Atenção Básica - Construção da UBS Agapeama	1.392.017,18
160/11	Atenção Básica - Construção da UBS Vila Aparecida	775.435,30
243/10	Atenção Básica - Adaptação das UBS Agapeama e Retiro	43.302,67

Fonte: Secretaria de Saúde.

Estrutura física de atendimento na saúde – 2011

Tipo de estrutura	2011
Unidades Básicas de Saúde	31
Serviço de Atendimento Especial a Crônicos (SAEC) - ambulâncias ¹	15
Unidades de Saúde da Família - equipes	5
Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) - ambulâncias ¹	4
Pronto-atendimentos	4
Hospital Municipal ²	2
Ambulatório de Especialidades do Núcleo Integrado de Saúde (NIS)	1
Ambulatório de Especialidades da Faculdade de Medicina de Jundiaí	1
Ambulatório de Moléstias Infectocontagiosas	1
Ambulatório de Saúde da Mulher	1
Ambulatório de Saúde Mental	1
Centro de Atenção Psicossocial Adulto	1
Centro de Atenção Psicossocial Infantil	1
Núcleo de Apoio ao Portador de Deficiências	1
Centro Odontológico	1
Ambulatório de Geriatria e Gerontologia	1
Central Farmacêutica de Abastecimento	1
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	1
Seção de Controle de Zoonoses	1
Serviço de Verificação de Óbito (SVO)	1
Serviço de Vigilância Epidemiológica	1
Serviço de Vigilância Sanitária	1
Serviço de Vigilância de Alimentos	1

Fonte: Secretaria de Saúde.

Notas: ¹SAMU e SAEC - número de unidades de transporte (ambulâncias). Existem ainda mais duas ambulâncias reservas para o SAMU; ²Hospital Municipal Materno e Infantil e Hospital Geral.



Atendimento pediátrico em Unidade Básica de Saúde

Número de leitos

Unidade	2010	2011
Hospital São Vicente de Paulo	208	208
Hospital Universitário	123	123
Centro de Atenção Psicossocial	5	5

Fonte: Secretaria de Saúde.

Número de atendimento no Hospital São Vicente de Paulo

Tipo de atendimento	2010	2011
Pronto-socorro adulto	91.639	87.192
Pronto-atendimento	86.800	80.352
Pronto-socorro ortopedia	56.844	60.894
Ambulatório ¹	45.094	57.798
Internações	14.287	15.231
Cirurgias	6.228	6.956

Fonte: Hospital São Vicente de Paulo. Nota: ¹Especialidades e ortopedia.



Jundiaí possui uma rede com 36 pontos de atendimentos em Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família

Número de atendimentos no Hospital Universitário

Tipo de atendimento	2010	2011
Exames laboratoriais	95.710	125.935
Atendimento pronto-socorro	86.958	98.972
Exames de diagnóstico por imagem	29.410	30.516
Internações	10.245	10.322
Procedimentos cirúrgicos	4.314	4.250
Partos	3.536	3.658

Fonte: Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí.

Número de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Programa de Saúde da Família (PSF)

Tipo de atendimento	2010	2011
Clínico	139.280	149.501
Ginecologia e obstetrícia	89.789	96.970
Enfermeiro	85.493	88.301
Pediatria	83.006	86.911
Odontologia básica	65.006	69.814
Médico PSF ¹	20.766	11.536

Fonte: Secretaria de Saúde. Nota: ¹atendimento por médico do PSF.

Número de profissionais nos hospitais municipais

	2010	2011
Corpo clínico do Hospital Universitário	291	291
Total geral de médicos em exercício do Hospital São Vicente	224	262

Fonte: Secretaria de Saúde.

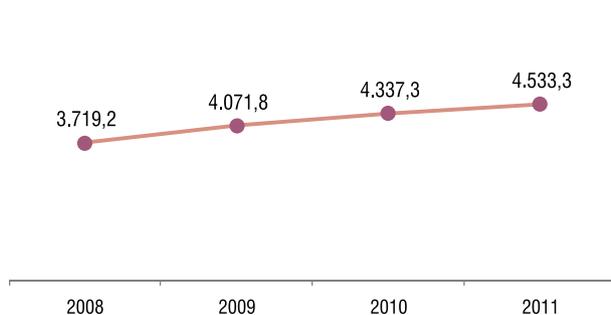
Número de procedimentos por tipo de estrutura

Tipo de estrutura	2010	2011
Rede pública SUS ¹	4.337.253	4.533.332
UBS/PSF/Ambulatórios	1.389.671	951.344
Pronto-atendimento e Policlínicas	381.069	447.905

Fonte: Secretaria de Saúde.

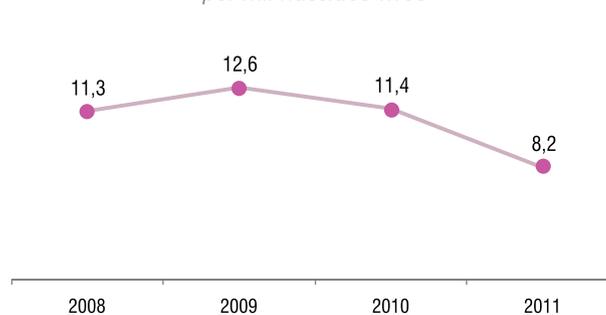
Nota: ¹Corresponde a todos os prestadores do SUS (próprios, outorgados e conveniados).

Número de procedimentos ambulatoriais na rede pública municipal de saúde em milhares



Fonte: Secretaria de Saúde.

Índice de mortalidade infantil por mil nascidos vivos



Fonte: Secretaria de Saúde.

Aplicação mínima na saúde

A aplicação mínima de recursos na saúde das três esferas de governo é determinada pela Constituição Federal, no artigo 198, e no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e pela Lei Federal Complementar nº 141/2012.

De acordo com a legislação em vigor, os municípios devem aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% das receitas do IPTU, ITBI, ISS, IRRF, ITR, IPVA, ICMS, FPM e IPI-exportação. Entretanto, a maioria dos municípios ultrapassa esse percentual, já que os recursos transferidos pela União e pelo Estado não acompanham o crescimento da despesa com saúde, o que força os municípios a arcarem com uma contrapartida cada vez maior.

Em 2011, o Município de Jundiá aplicou 24,68% dos seus recursos na cobertura das ações e serviços determinados pela Constituição, superando o limite mínimo exigido de 15.

Como funciona o SUS

O SUS foi instituído pela Constituição Federal de 1988, quando a saúde passou a ser um direito constitucional de todo o cidadão. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a Previdência é que podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

O SUS se caracteriza por ser um sistema descentralizado, ou seja, é realizado e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estaduais e municipais). A participação social através dos conselhos de saúde garante o controle social, outro princípio importante desse sistema. As principais legislações que regulamentam o funcionamento do SUS são a Lei Federal nº 8.142/1990 (Lei Orgânica da Saúde), as Normas Operacionais Básicas nº 1/1993 e 1/1996 e a Norma Operacional da Assistência à Saúde nº 1/2001. Veja mais sobre o financiamento do SUS na página 23.

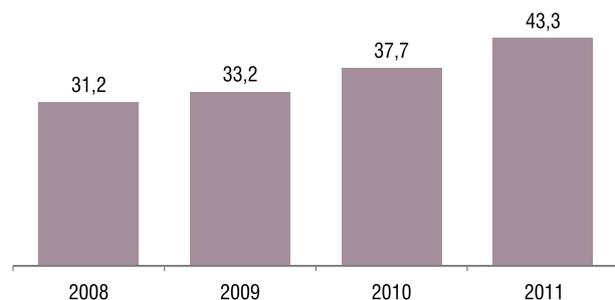
4.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A prestação dos serviços de assistência social em Jundiá é realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS) e pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes e, em menor parte, pela Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS) e pelo Fundo Social de Solidariedade (FUNSS), órgão vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil.

Em 2011, a despesa com a função assistência social teve um aumento de 14,9%, totalizando R\$ 43,3 milhões. O custeio da assistência social foi sua maior despesa, alcançando mais da metade desse valor, ou seja, 55,7%. A parte destinada ao pagamento de pessoal equivaleu a quase todo o restante.

Dentre as subfunções, foram destinados R\$ 22,5 milhões à assistência de crianças e adolescentes, o que equivaleu a 51,9% do total dos recursos aplicados na área. A assistência comunitária recebeu R\$ 19,4 milhões, ou 44,9% do total.

Evolução da despesa com assistência social
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011





Centro de Referência da Juventude (CREJUV)

Principais despesas com assistência social por item

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	17.013,9	18.547,9	9,0	42,8
Custeio	20.109,7	24.135,1	20,0	55,7
Investimentos	569,0	636,4	11,8	1,5
Total	37.692,6	43.319,4	14,9	100,0

Fonte: balanços municipais.

Despesa com assistência social por subfunção

Subfunção	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Assistência à criança e ao adolescente	20.844,9	22.468,5	7,8	51,9
Assistência comunitária	15.694,3	19.429,6	23,8	44,9
Assistência ao idoso	746,3	1.045,2	40,1	2,4
Assistência ao portador de deficiência	406,8	376,1	-7,5	0,9
Total	37.692,3	43.319,4	14,9	100,0

Fonte: balanços municipais.

Programas realizados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – 2011

Nome do programa	Objetivo do programa	Número de atendidos	Gastos com o programa em R\$
CREJUV	Serviço público destinado à convivência social, à participação cidadã e ao mundo do trabalho voltado para adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 24 anos com desenvolvimento de ações socioeducativas.	9.420	503.475,60
CRJU/CEPAI	Articular a rede de Proteção Social ao idoso; Centro Público de Atendimento ao Idoso (CEPAI); Condomínio do Idoso; Projeto Idoso; Promotória do Idoso; e Conselho Municipal do Idoso.	2.771	828.424,29
CRAS	Unidade pública estatal de base territorial localizada em áreas de vulnerabilidade social responsável pela oferta continuada de serviços de proteção social básica e de assistência social às famílias, aos grupos e aos indivíduos.	4.100	421.802,12
Cadastro Único para programas de transferência de renda	O Cadastro Único consiste em um conjunto articulado de procedimentos, técnicas e capacidade utilizados para registrar e manter atualizadas as informações pertinentes às famílias em situação de pobreza.	11.158	234.357,00

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Ações realizadas pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – 2011

Indicadores de acompanhamento	Total de atendimentos
Proteção Social básica	
Atendimentos a pessoas com necessidades básicas	22.704
Atendimentos a jovens em situação de vulnerabilidade social	14.764
Pessoas acompanhadas nos territórios	4.100
Idosos inscritos em atividades específicas	2.703
Pessoas em transporte especial (diariamente)	177
Idosos em cuidados diários	40
Pessoas em residência lar	28
Cadastro Único para programas de transferência de renda	234.357,00
Proteção Social Especial	
Migrantes atendidos	4.032
Pessoas atendidas pelo Conselho Tutelar	1.764
Moradores de rua acompanhados	211
Adolescentes inscritos em programas de cumprimento de medida socioeducativa, e de apoio, orientação e acompanhamento temporário	140
Crianças e adolescentes abrigados temporariamente	88
Famílias em situação de violação de direitos em atendimento	60
Pessoas em abrigo sigiloso	43
Crianças e adolescentes acolhidos	26
Outros	
Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais	11.158
Famílias atendidas no Programa Bolsa Família	6.675
Atendimentos da assistência judiciária	5.405
Pessoas atendidas através de convênios deliberados pelos CMAS e CMDCA	1.870

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Cursos oferecidos pelo FUNSS – 2011

Fundo Social de Solidariedade Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, nº 92 - Centro		Número de atendidos
Alimentação	Chocolataria artesanal, Ovos de Páscoa, Sobremesas e Padaria artesanal	625
Comunicação	Telefonista, Recepcionista e Informática	395
Artesanato	Bijouteria, Bolsas, Corte e costura, Cosméticos em geral, Crochê e tricô, Customização, Langerie, Macramê, Mosaico, Pintura em madeira, Pintura em tecido, Produtos de limpeza e Sabonetes	834
Desenho	Desenho artístico, História em quadrinhos e Animação 2D	346
Estética	Manicure e pedicure, Cabeleireiro, Depilação e Maquiagem.	650
Idiomas	Inglês	160
Casa da Solidariedade Av. Senador César Lacerda Vergueiro, 111 - Jardim Ana Maria		Número de atendidos
Alta Confeitaria	Confeitaria fina, Bolos de vitrine, Docinhos finos e Panetones e bolachas natalinas	685
Outros	Ajudante de padeiro, Camareira, Pizzaiolo, Sushiman, Garçom, Massas e molhos, Elaboração de pratos, Babá/berçarista e Cuidador de idosos	408

Fonte: Fundo Social de Solidariedade.

Nota: Todos são gratuitos. Para fazer inscrição, basta levar somente RG.

4.6 SEGURANÇA PÚBLICA

Em Jundiá, os gastos com a função segurança pública são realizados pela Guarda Municipal e pela Secretaria Municipal da Casa Civil. Com um aumento de 13,5%, os recursos aplicados na área passaram de R\$ 26,6 milhões, em 2010, para R\$ 30,3 milhões, em 2011, dos quais R\$ 24,2 milhões foram

destinados ao pagamento de pessoal. As despesas com custeio totalizaram R\$ 4,6 milhões e os investimentos R\$ 1,5 milhão.

A função segurança desempenhada pelo Município compreende as atividades de policiamento e de defesa civil. A Guarda Municipal auxilia a Polícia Militar no trabalho de patrulhamento da cidade por meio de



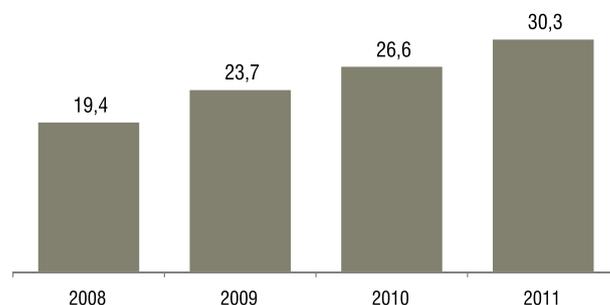
Efetivo da Guarda Municipal

rondas e do sistema de monitoramento por câmaras de vídeo, e faz a segurança do patrimônio público municipal. Para isso, conta com um efetivo de 316 guardas. Em 2011, os gastos com policiamento exercido pela Guarda Municipal cresceram 12,2%, passando de R\$ 25,8 milhões para R\$ 29 milhões. Eles representam a maior parte da despesa com segurança.

A Secretaria Municipal da Casa Civil é a responsável pela gestão da Defesa Civil e da manutenção dos convênios com o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil. A finalidade da Defesa Civil do Município é mapear e monitorar as áreas de risco de desastres naturais na cidade, adotando medidas que minimizem os impactos nocivos decorrentes desses incidentes,

bem como auxiliar e socorrer a população das áreas atingidas. Em 2011, essas despesas foram ampliadas em 55,5%, totalizando R\$ 1,3 milhão.

Evolução da despesa com segurança
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Principais despesas com segurança

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	22.244,6	24.183,6	8,7	79,9
Custeio	2.854,0	4.579,7	60,5	15,1
Investimento	1.548,2	1.491,8	-3,6	4,9
Total	26.646,8	30.255,1	13,5	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais despesas com segurança por subfunção

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Policiamento	25.824,9	28.977,3	12,2	95,8
Defesa civil	821,9	1.277,7	55,5	4,2
Total	26.646,8	30.255,1	13,5	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos realizados em Segurança – 2011

Contrato/Empenho	Descrição	Valor em R\$
Empenhos diversos	Aquisição de 5 veículos novos	507.800,00
Contrato 213/11	Reforma do Pavilhão Administrativo para implantação do Centro de Controle Operacional (CCO)	295.260,00
Empenhos diversos	Aquisição de 42 armamentos novos	147.865,00
Empenhos diversos	Cursos de Qualificação - PNL Motivacional, Curso do Canil, Curso de Tática Urbana e Curso para troca da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)	73.874,00
Empenhos diversos	Aquisição de 62 coletes balísticos	60.329,00
Contrato 211/11	Instalação de GPS em 40 viaturas – monitoramento por tablet ou computador	26.000,00
Contrato 210/11	Instalação de câmeras em 40 viaturas – filmagem interna e externa das viaturas	26.000,00

Fonte: Guarda Municipal.

Atendimentos operacionais realizados pela Guarda Municipal

Descrição	2010	2011
Patrulhamento - Rondas em propriedades municipais	16.983	26.075
Patrulhamento - Ronda em unidades escolares	2.506	3.025
Canil – Atendimento de ocorrências pelo canil	810	844
Monitoramento – Registros de monitoramento	629	321
Divisão Ambiental – Ocorrências em área de preservação ambiental	128	112

Fonte: Guarda Municipal.

SAIBA

Como funciona a segurança pública

A segurança pública é responsabilidade do Estado e dever de todos, conforme dispõe o artigo 144 da Constituição Federal. A segurança executada nos municípios fica a cargo dos governos estaduais, por meio das Polícias Militar e Civil. No entanto, a Guarda Municipal de Jundiá auxilia na tarefa da segurança pública de forma supletiva, reforçando o policiamento local.

As competências da Guarda Municipal estão estabelecidas na Lei Orgânica do Município. Dentre elas, estão a proteção das instalações, bens e serviços municipais; o apoio aos serviços municipais incumbidos do exercício do poder de polícia; a fiscalização e a vigilância da Serra do Japi, promovendo, em colaboração com a Polícia Florestal e de Mananciais, a detenção e identificação de responsáveis por crimes ecológicos.

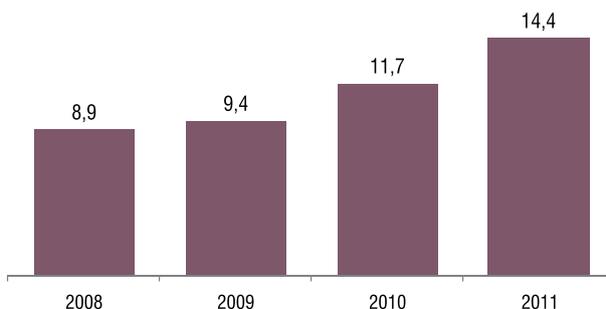
4.7 HABITAÇÃO

Em 2011, a despesa com habitação, realizada pela FUMAS, totalizou R\$ 14,4 milhões, 23,5% a mais que no ano anterior. A maior parte do gasto foi com investimentos, que passaram de R\$ 6 milhões para R\$ 8,7 milhões, apresentando um crescimento de 44,5%. Os gastos com pessoal, que representam 27,5% do total, tiveram aumento de 7,1%. Já a despesa com custeio apresentou novamente um recuo, dessa vez de 10,1%, somando R\$ 1,7 milhão.

Ao todo, já foram eliminados 14 núcleos de moradias precárias, mas ainda restam outros 13, dos quais, sete (Vila Ana, Parque Centenário, Baixada do Paraná, Vila Lacerda, Jardim Novo Horizonte, Jardim São Camilo e antigo Hospital Psiquiátrico) estão em

Evolução da despesa com habitação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2011





Construção de conjunto habitacional na Vila Tupi, com financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, da Caixa, que irá abrigar os moradores do antigo Hospital Psiquiátrico e Baixada Paraná, no Jardim Tamoio

urbanização ou processo de erradicação e outros seis (Jardim Sorocabana, Jardim Santa Gertrudes, Jardim

Guanabara, Vila Nambi, Vila Ruy Barbosa e Jardim Tamoio) em projeto para receberem intervenções.

Principais despesas com a função habitação

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	3.706,4	3.970,0	7,1	27,5
Custeio	1.943,0	1.746,4	-10,1	12,1
Investimentos	6.018,1	8.694,9	44,5	60,3
Total	11.667,6	14.411,2	23,5	100,0

Fonte: balanços municipais.

Atendimentos realizados pela FUMAS – 2011

Nome do Programa	Objetivo do Programa	Número de atendidos
Programa Planta Social	Atendimento de munícipes de baixa renda, para orientação técnica, elaboração de projetos e providência de aprovação de plantas e habite-se	410
Programa de Atendimento à Calamidade (PAC)	Atendimento emergencial, com fornecimento de materiais de construção para reconstrução de submoradias atingidas por eventos desastrosos, realizado em parceria com a Defesa Civil	375
Programa "Auxílio-aluguel"	Através da Lei Municipal nº 7638/2011, a FUMAS poderá conceder benefício eventual, em caráter excepcional e temporário, às famílias vítimas de enchentes e desmoronamentos que estejam desabrigadas, desalojadas ou em situação de vulnerabilidade temporária	126
Programa de Atendimento, Auxílio e Prevenção (PAAP)	Atendimento preventivo, com fornecimento de materiais de construção para reforma de submoradias que se encontram insalubres ou em estado de risco, sob condições severas de intempéries	76

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social.

Principais investimentos em habitação – 2011

Contrato	Descrição	Valor em R\$
-	Desapropriações de imóveis para implantação do projeto habitacional no Jardim São Camilo	3.327.473,00
43/2009	Construção de 36 unidade habitacionais na Vila Ana, em parceria com o governo federal (em andamento)	1.240.922,17
28/2010	Construção de 33 casas e infraestrutura de duas ruas no Parque Centenário, em parceria com o governo federal (em andamento)	1.149.919,86
26/2009	Reforma de 115 moradias no Parque Centenário, em parceria com o governo federal (em andamento)	
15/2011	Contratação de empresa de consultoria e assessoria para prestar serviços técnicos e especializados na elaboração do Plano Municipal de Habitação do Município de Jundiá	209.384,45
12/2011	Elaboração de projetos executivos, destinados a implantação da infraestrutura para a construção de conjunto habitacional, visando o reassentamento de moradores do Núcleo de submoradias do Jardim São Camilo	145.800,00
21/2011	Prestação de serviços de execução de projeto básico de urbanização, de paisagismo, de mobiliário urbano e das edificações – Jardim São Camilo	143.500,00

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social.



Conjunto Habitacional Residencial Videiras, no bairro Terra da Uva

SAIBA

Como funciona a política habitacional no Município

A política municipal de habitação de Jundiaí é realizada, exclusivamente, pela FUMAS. Suas ações contemplam construções de habitações de interesse social e intervenções em áreas de risco ou de moradias precárias, como favelas e cortiços.

O objetivo final da política habitacional é conter a ocupação desordenada do solo no Município, evitar a instalação de novos agrupamentos em áreas de risco e melhorar a condição de vida dos moradores dessas localidades, proporcionando melhores moradias e infraestrutura urbana (rede de água potável, rede de esgoto sanitário e águas pluviais, rede de energia elétrica, iluminação pública, guias e sarjetas, pavimentação, arborização e paisagismo) e social (creches, escolas, UBS, CRAS, complexos esportivos e segurança pública).

4.8 SANEAMENTO E URBANISMO

As despesas com saneamento e urbanismo em Jundiaí são realizadas em conjunto pelas secretarias de Serviços Públicos, Obras, Transportes, Planejamento e Meio Ambiente, e pela FUMAS.

Em 2011, as despesas com saneamento e urbanismo totalizaram R\$ 200,6 milhões, praticamente repetindo os valores desembolsados no ano anterior, com pequena queda de 1,1%. A maior parte dos recursos (R\$ 111,6 milhões) foi aplicada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, correspondendo a 55,6% do gasto total na área.

Oswaldo Guevara



Avenida 9 de Julho, à noite



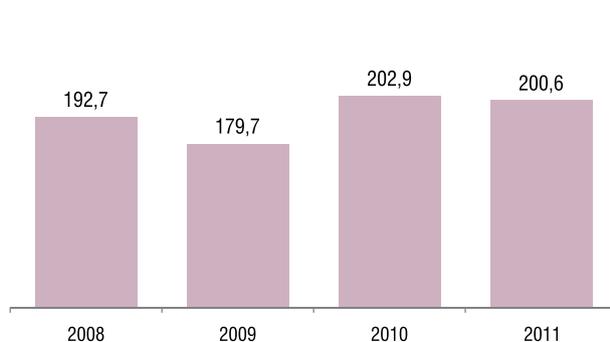
Construção do Parque Botânico Tulipas

Compete a essa secretaria realizar todos os serviços de manutenção e conservação da cidade, incluindo a conservação e reforma de praças, parques e jardins, os serviços de iluminação pública, a construção e manutenção de galerias de águas pluviais, os serviços de limpeza pública e destinação final dos resíduos e a arborização das vias públicas, dentre outros.

A Secretaria Municipal de Obras, responsável pelas obras de melhoria da infraestrutura urbana, despendeu R\$ 42,9 milhões com urbanismo, enquanto que a Secretaria Municipal de Transportes, que operacionaliza o SITU, consumiu outros R\$ 32,9 milhões.

Em 2011, a despesa com pessoal aumentou 4% em relação a 2010, totalizando R\$ 46,1 milhões.

Evolução das despesas com saneamento e urbanismo
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011

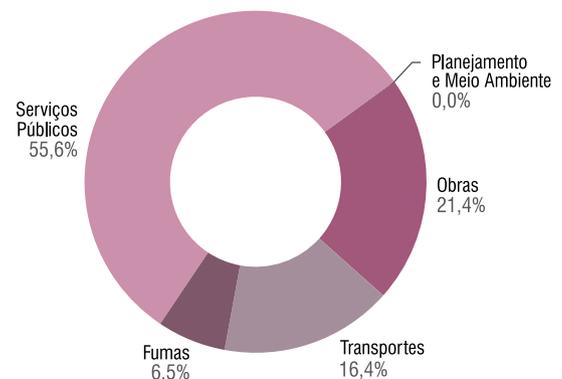


Os gastos com custeio de saneamento e urbanismo aumentaram para R\$ 105,7 milhões, valor que corresponde a mais da metade da despesa da função.

O investimento apresentou uma queda de 19,9%, entre 2010 e 2011, passando de R\$ 61,1 milhões para R\$ 48,9 milhões. Essa queda se deve ao fato dos investimentos de 2010 terem sido excepcionalmente altos em virtude da integralização de capital na DAE S.A. Mesmo assim, representou quase um quarto dos recursos aplicados na área.

Do total dos investimentos realizados em 2011, R\$ 38,9 milhões referem-se a urbanismo e R\$ 10

Participação dos órgãos municipais nas despesas com saneamento e urbanismo - 2011
em R\$ mil





Central que monitora, através de GPS, todo o funcionamento do Sistema Integrado de Transporte de Jundiaí (SITU)

milhões, a saneamento. As maiores obras urbanísticas foram pavimentação e retificação de vias urbanas, construção e reforma de pontes e viadutos, construção de galerias de águas pluviais e revitalização e implantação

de praças, parques e áreas ajardinadas (veja mais detalhes na página 60). A maior parte dos investimentos nessa área ficou por conta do Programa Saneamento para Todos, com o montante de R\$ 7,1 milhões.

Principais despesas com saneamento e urbanismo

Item	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Pessoal	44.316,9	46.071,6	4,0	23,0
Custeio	97.512,2	105.672,1	8,4	52,7
Investimentos	61.061,0	48.905,9	-19,9	24,4
Total	202.890,1	200.649,6	-1,1	100,0

Fonte: balanços municipais.

Discriminação da despesa empenhada nas funções urbanismo e saneamento – 2011

Descrição	Valor em R\$ mil
Função Urbanismo	190.690.363,76
Infraestrutura urbana	68.916.201,62
<i>Mobilidade urbana</i>	61.189.526,47
Pavimentação e retificação de vias urbanas	15.877.261,89
Pavimentação em vias públicas - manutenção	10.919.284,79
Construção e reformas de pontes e viadutos	10.909.237,09
Manutenção e reforma da rede de iluminação pública	10.869.043,22
Manutenção de pessoa e encargos (SMO)	10.101.826,44
Pavimentação em estradas vicinais	926.305,08
Pavimentação em vias públicas - ampliação	707.716,80
Expansão da rede e pontos de iluminação pública	561.994,48
Remodelação de passeios públicos - PROMOB (SMO)	191.396,20
Despesas variáveis com pessoal (SMO)	125.460,48

Descrição	Valor em R\$ mil
<i>Prevenção à inundações e defesa contra outros sinistros</i>	4.485.060,52
Construção de galerias de águas pluviais	2.230.881,26
Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos	1.565.107,66
Estabilização de encostas e taludes	689.071,60
<i>Oferta de infraestrutura urbana</i>	2.818.288,02
Suporte administrativo às unidades fim (SMSP)	1.939.301,05
Pavimentação em estradas vicinais - manutenção	409.588,60
Gestão das ações de direção de serviços finalísticos (SMSP)	220.582,37
Gestão de obras de terraplenagem - estradas vicinais	148.820,00
Pavimentação em estradas vicinais - ampliação	99.996,00
<i>Suporte administrativo</i>	331.742,32
Gestão das ações de direção de serviços finalísticos (SMO)	208.701,07
Suporte administrativo às unidades fim (SMO)	123.041,25
<i>Licenciamento de atividades e parcerias</i>	46.766,30
Colocação e manutenção de placas toponímicas	46.766,30
<i>Projetos especiais</i>	44.817,99
Operações urbanísticas	44.817,99
Serviços urbanos	120.159.558,67
<i>Cidade Limpa</i>	77.638.236,17
Gestão das ações de limpeza pública	44.500.478,13
Manutenção de pessoal e encargos (SMSP)	18.739.063,11
Tratamento e disponibilização final de resíduos oriundos de ações de limpeza urbana	13.125.403,83
Despesas variáveis com pessoa (SMSP)	761.023,22
Gestão de ações de limpeza e contenção córregos e obras de drenagem	512.267,88
<i>Mobilidade urbana</i>	31.268.595,00
Manutenção de pessoal e encargos (SMT)	17.264.571,92
Ações de sinalização de trânsito	6.291.390,25
Ações de fiscalização de trânsito	6.163.904,69
Despesas variáveis com pessoa (SMT)	748.302,45
Suporte administrativo às unidades fim (SMT)	553.270,77
Ações de educação para o trânsito	238.692,14
Gestão das ações de direção de serviços finalísticos (SMT)	8.462,78
<i>Prevenção à inundações e defesa contra outros sinistros</i>	4.095.173,56
Substituição do sistema de drenagem de águas pluviais	3.044.333,05
Ampliação de galerias de águas pluviais em vias urbanas e estradas vicinais	816.706,86
Gestão de obras de encostas em vias públicas	234.133,65
<i>Serviços funerários e cemitérios</i>	3.135.185,46
Manutenção das atividades do serviço funerário municipal	2.812.653,42
Construção, reforma, ampliação, aparelhamento e melhoria do serviço funerário municipal	322.532,04
<i>Oferta de infraestrutura urbana</i>	2.828.668,32
Revitalização e implantação praças, parques e áreas ajardinadas	2.828.668,32
<i>Manutenção de infraestrutura urbana</i>	1.193.700,16
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos leves e pesados (SMSP)	1.190.970,16
Construção de centro de serviços e unidades de manutenção	2.730,00
Transportes coletivos urbanos	1.614.603,47
<i>Mobilidade urbana</i>	1.614.603,47
Manutenção civil dos terminais urbanos e rodoviária	950.561,76
Operação e fiscalização de transporte coletivo	560.145,41
Aprimoramento dos serviços de reforma de abrigos de transporte coletivo	96.656,30
Construção de terminais, corredores urbanos e estações trânsitos	7.240,00
Função Saneamento	9.958.488,69
Saneamento básico urbano	9.958.488,69
<i>Prevenção à inundações e defesa contra outros sinistros</i>	9.958.488,69
Obras de infraestrutura e saneamento básico	9.958.488,69

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos em urbanismo e saneamento – 2011

Descrição	Valor em R\$ mil
Obras viárias de interligação entre a Região Central e o bairro da Ponte São João	14.254.573,60
Obras de infraestrutura e saneamento básico do Programa Saneamento para Todos	9.958.488,69
Implantação do Parque Botânico Jardim Tulipas, Parque dos Tamoios, Parque Guapeva e Parque Linear	2.828.668,32
Recuperação do Viaduto Joaquim Candelário de Freitas	2.503.593,99
Execução de canalização e galerias de águas pluviais entre a Avenida Comendador Antônio Borin e o Córrego do Areião, na Rua Joll Fuller e adjacentes, em ruas dos bairros Vila Mafalda, Vila Hortolândia, Jardim Bonfiglioli, Jardim Teresa Cristina, Engordadouro e Jardim São Camilo	2.160.413,06
Pavimentação e drenagem de águas pluviais da avenida marginal direta ao córrego do Jardim Guanabara, das ruas Ordival Seckler Machado e Orlando Scarpinelli, de trechos da Avenida Luís Fontebasso, Rua Caetano Fagundes, Rua Julius Pauli - Bairro do Caxambu -, e em vias dos bairros Medeiros, Jardim Scala e Travu	1.787.899,49
Sistema viário do Parque Guapeva - duplicação da Rua José do Patrocínio	1.724.382,96
Ponte sobre o Rio Jundiá, na Ponte São João	1.380.105,86
Recuperação das encostas de rios e córregos na cidade	1.222.269,02
Ponte sobre o Rio Jundiá, próxima à empresa Vulcabras - divisa com Várzea Paulista	1.096.870,08
Ponte sobre o Rio Guapeva, ao lado da Ponte Torta	1.008.000,00
Desmontagem de prédio da extinta Pozzani	998.000,00
Desapropriações para implantação do sistema viário, remodelação de calçadas e outros	854.362,88
Extensão de galerias de águas pluviais em vias urbanas, estradas vicinais e obras do PAC	816.706,86
Implantação de novas malhas viárias	807.712,80
Pavimentação da avenida e canalização complementar do córrego - Vila Joana	748.966,60
Extensão de rede, pontos e fornecimento de iluminação pública	654.113,15
Obras viárias para ligação da Avenida Pedro Clarismundo Fornari à Avenida Antônio Frederico Ozanan - inclusive desapropriações	534.554,64
Construção de muro de contenção na Rua Joaquim Lino de Camargo Júnior - Vila Marlene	384.757,20
Interligação viária da Avenida Américo Bruno com a Avenida dos Imigrantes Italianos	360.213,81
Sinalização de trânsito em diversos pontos da cidade	353.413,29
Indenização de áreas ocupadas pela municipalidade - Distrito Industrial, Região Agapeama, Engordadouro, Capital Ville, Vila Hortolândia	353.032,58
Execução de obras de estabilização em encostas de diversos bairros	304.314,40
Recomposição da margem direita do Rio Guapeva sob a ponte da Avenida Antônio Frederico Ozanan e da margem esquerda do Rio Jundiá com o Rio Guapeva	171.335,09
Ponte sobre o Rio Jundiá defronte à Avenida Américo Bruno	164.140,49
Manutenção dos terminais urbanos e rodoviária	138.721,41
Pavimentação das ruas Ordival Seckler Machado e Orlando Scarpinelli e execução de galerias de águas pluviais	119.945,06
Revitalização da Avenida 9 de julho	107.881,33
Fiscalização de transportes coletivos e do trânsito	72.126,17
Remodelação das calçadas das vias dos centros comerciais	24.981,00

Fonte: balanços municipais.



Construção da ligação viária da Vila Nambi com o Jardim Tamoio

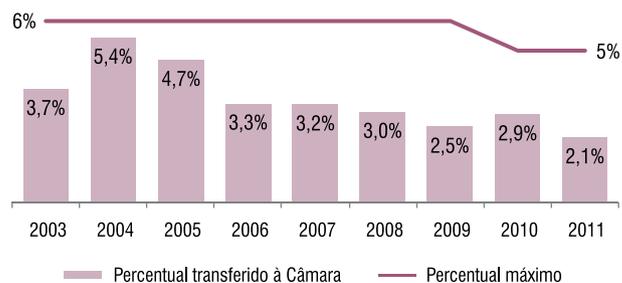
4.9 REPASSES À CÂMARA MUNICIPAL

O Poder Executivo deve repassar ao Legislativo um percentual que varia entre 3,5% a 7%, conforme o porte populacional da cidade, em relação à soma da receita tributária e de algumas transferências correntes (IOF-ouro, ITR, IPVA, ICMS, FPM, IPI-exportação e CIDE) arrecadados no exercício anterior.

Em 2011, a Prefeitura de Jundiá repassou R\$ 16 milhões à Câmara Municipal, 18,2% a menos se comparado ao ano anterior. As câmaras municipais não possuem competência legal para arrecadar recursos. Sua receita provém de repasses financeiros realizados periodicamente pelas prefeituras,

segundo as regras definidas pela EC nº 58/2009. No caso de Jundiá, o percentual máximo era de 6% até 2009 e caiu para 5%, em 2010, após a edição da EC nº 58/2009.

Percentual máximo de repasses à Câmara Municipal e percentual efetivamente transferido



SAIBA

Funções da Câmara Municipal

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as funções legislativas e fiscalizadoras das câmaras municipais brasileiras devem ser organizadas de acordo com a Lei Orgânica de cada cidade. A Lei Orgânica é a legislação que rege o funcionamento do município, tal qual as constituições estaduais e Federal.

Em Jundiá, as principais atribuições da Câmara Municipal são elaborar leis sobre os assuntos de interesse da cidade, suplementando a legislação federal e estadual quando necessário; legislar sobre a cobrança dos tributos municipais e autorizar as isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas dos contribuintes; votar a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA), e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais durante o exercício fiscal; e, autorizar a obtenção e a concessão de empréstimos e operações de crédito, a alienação e a aquisição de imóveis,

a aprovação e alteração do Plano Diretor, dentre outras funções.

Também cabe exclusivamente à Câmara Municipal dar posse ao prefeito e ao vice-prefeito; conhecer suas renúncias e afastá-los, definitivamente, do exercício do cargo; autorizar o prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do município por mais de 15 dias; fixar os salários do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais, dos vereadores, e do presidente da Câmara; criar comissões especiais de inquérito sobre fatos de competência municipal; requerer ao prefeito informações sobre assuntos referentes à sua administração; julgar o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nos casos previstos em lei; decidir sobre a perda do mandato de vereador; exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município; além de conceder títulos honoríficos, dentre outras atribuições.

5

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A administração indireta municipal é composta por órgãos ou entidades criados para a realização de serviços públicos e atividades governamentais de forma descentralizada e com um grau maior de autonomia financeira e administrativa em relação à Prefeitura.

Em Jundiá, há sete órgãos de administração indireta: Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ), Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS), Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE), Fundação Casa da Cultura de Jundiá (FCC), Instituto de Previdência do Município de Jundiá (IPREJUN) e a recém-criada Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiá (EGGMJ).

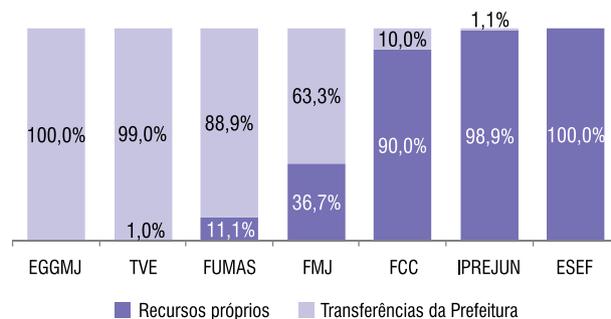
Em 2011, a receita dessas instituições, de R\$ 235 milhões, permaneceu praticamente a mesma do ano anterior, tendo registrado uma pequena redução de R\$ 349,8 mil. Os recursos próprios, que correspondem a 75,1% do total da receita das indiretas, tiveram um crescimento de 4,5%, ao passo que as transferências advindas da Prefeitura foram reduzidas em 12%.

A EGGMJ e a TVE se mantêm exclusivamente com os repasses da Prefeitura. Na FMJ, 63,3% dos recursos foram provenientes da Prefeitura para a manutenção do Hospital Universitário, e o restante de recursos próprios. A ESEF, por sua vez, se mantém exclusivamente com seus próprios recursos.

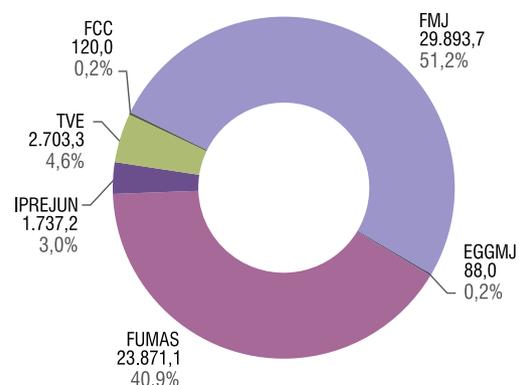
A Casa da Cultura, normalmente, tem cerca da metade de sua receita advinda da Prefeitura. Em 2011, no entanto, ao receber R\$ 900 mil da Spal Indústria Brasileira de Bebidas S.A. (Coca-Cola), por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), a FCC aumentou consideravelmente o seu orçamento.

Cerca de 90% das receitas da FUMAS provém de transferências da Prefeitura, uma vez que a entidade é a responsável pela execução de toda a política habitacional do município, incluindo construções de habitações de interesse social e intervenções em áreas de risco

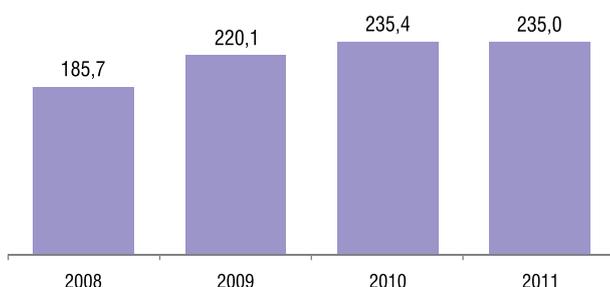
Composição da receita das administrações indiretas - 2011



Distribuição dos recursos transferidos à administração indireta - 2011
em R\$ mil



Evolução da receita total da administração indireta
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



Sala de tomografia no Hospital Universitário



ou de moradias precárias, como favelas e cortiços.

Já o IPREJUN é o ente da administração indireta com o maior orçamento. Sua receita provém quase que

exclusivamente de recursos próprios, composta pelas contribuições previdenciárias dos servidores municipais e as contribuições patronais. Em 2011, seus recursos totalizaram R\$ 152,9 milhões.

Receita consolidada da administração indireta

Origem dos recursos	2010	2011	Variação 2011/2010	Composição 2011
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011		em %	
Receita própria da administração indireta	169.013,8	176.607,5	4,5	75,1
Transferências da Prefeitura	66.356,8	58.413,3	-12,0	24,9
Faculdade de Medicina	27.336,0	29.893,7	9,4	12,7
Fumas	34.711,9	23.871,1	-31,2	10,2
Demais	4.308,8	4.648,5	7,9	2,0
Total	235.370,6	235.020,8	-0,1	100,0

Fonte: balanços municipais.

Receita da administração indireta segundo a fonte do recurso – 2011

Entidades	2011				
	Receita própria		Recursos recebidos ¹		Total
	Valor	Composição	Valor	Composição	
	em R\$ mil	em %	em R\$ mil	em %	em R\$ mil
Escola Superior de Educação Física (ESEF)	3.993,0	100,0	-	-	3.993,0
Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ)	17.324,1	36,7	29.893,7	63,3	47.217,8
Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)	2.994,0	11,1	23.871,1	88,9	26.865,1
Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE)	27,3	1,0	2.703,3	99,0	2.730,6
Fundação Casa da Cultura e Esportes de Jundiá (FCC)	1.078,9	90,0	120,0	10,0	1.198,9
Instituto de Previdência do Município de Jundiá (IPREJUN)	151.190,2	98,9	1.737,2	1,1	152.927,4
Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiá (EGGMJ)	-	-	88,0	100,0	88,0
Total	176.607,5	75,1	58.413,3	24,9	235.020,8

Fonte: balanços municipais.

Nota: ¹Transferências recebidas da Prefeitura, de fundos, e recursos de operações de créditos.

Despesas da administração indireta – 2011

Entidades	2011			
	Pessoal	Custeio	Investimentos	Total
	em R\$ mil - IPCA médio de 2011			
Escola Superior de Educação Física (ESEF)	3.637,5	905,0	391,9	4.934,4
Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ)	10.845,6	34.003,8	1.160,7	46.010,1
Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)	4.687,6	6.738,3	19.080,9	30.506,7
Fundação Televisão Educativa de Jundiá (TVE)	1.863,1	558,7	283,6	2.705,3
Fundação Casa da Cultura e Esportes de Jundiá (FCC)	-	300,0	12,9	312,8
Instituto de Previdência do Município de Jundiá (IPREJUN)	46.929,8	640,1	-	47.569,8
Escola de Governo e Gestão do Município de Jundiá (EGGMJ)	76,4	10,6	1,0	88,0
Total	68.040,0	43.156,3	20.930,9	132.127,2

Fonte: balanços municipais.

Nota: ¹A Fundação Casa da Cultura não tem despesas com pessoal, pois funciona com servidores transferidos da Prefeitura.



Estação de Tratamento de Esgotos de Jundiaí (ETEJ) no bairro Novo Horizonte



DAE S.A.

A DAE S.A. Água e Esgoto é uma empresa de economia mista responsável pelo fornecimento dos serviços de saneamento, cujas ações majoritárias (99,9%) pertencem à Prefeitura de Jundiaí.

Na década de 1990, a DAE ampliou a represa da Rodovia João Cereser (Parque da Cidade) e reestruturou a Estação de Tratamento de Água Engenheiro Ruy Luiz Chaves, que possui uma capacidade instalada de tratamento de 1,6 mil litros de água por segundo. A água que abastece o Município provém da Bacia do Rio Jundiaí-Mirim, podendo contar com a captação, em casos excepcionais, da água do Rio Atibaia.

O esgoto residencial, comercial e industrial coletado pela DAE é enviado para a Estação de Tratamento de Esgotos de Jundiaí (ETEJ), sob a operacionalização da Companhia Saneamento de Jundiaí (CSJ). A ETEJ foi construída entre 1996 e 1998 e possui capacidade para o tratamento de esgoto de uma cidade com até um milhão de habitantes.

Em 2011, a DAE aumentou o volume de investimentos em relação ao ano anterior, passando de R\$ 22,8 milhões para R\$ 36,6 milhões. Desse total, R\$ 24,8 milhões foram aplicados com recursos próprios da empresa, o que representou 67,8% dos investimentos. Outros R\$ 11,8 milhões originaram-se de recursos de terceiros, sendo R\$ 29,3 mil de fontes onerosas à empresa, como operações de crédito, e R\$ 11,7 milhões de recursos não onerosos, como convênios e transferências de capital.

Esses investimentos têm sido empregados em obras de ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto, bem como no reforço das adutoras e reservatórios de água bruta e tratada, visando à garantia de fornecimento na zona urbana e levando o saneamento básico a toda zona rural do Município, alcançando a universalização do atendimento. Atualmente, todo o esgoto produzido na zona urbana de Jundiaí é coletado e tratado na ETEJ.

Evolução dos investimentos da DAE
em R\$ milhões - IPCA médio de 2011



CONSULTA PÚBLICA AO ORÇAMENTO

Todos os anos, durante a elaboração do Orçamento, a Prefeitura entrevista mais de 2.000 moradores em todos os bairros da cidade e abre um canal direto para a participação da população, pela internet, com o objetivo de ouvir quais são as prioridades nas diversas áreas da administração municipal.



PARTICIPE

www.jundiai.sp.gov.br

Câmara Municipal de Jundiaí **VEREADORES**

Ana Tonelli (PSDB)

☎ 4523-4576 / 4523-4524

✉ anatonelli@camarajundiai.sp.gov.br

Antonio Carlos Pereira Neto – Doca (PP)

☎ 4523-4522 / 4523-4582

✉ doca@camarajundiai.sp.gov.br

Domingos Fonte Basso (PSDC)

☎ 4523-4573 / 4523-4513

✉ ver.mingofontebasso@camarajundiai.sp.gov.br

Durval Lopes Orlatto (PT)

☎ 4523-4577 / 4523-4505

✉ orlatto@camarajundiai.sp.gov.br

Enivaldo Ramos De Freitas – Val (PTB)

☎ 4523-4527 / 4523-4528

✉ val@camarajundiai.sp.gov.br

Fernando Bardi (PDT)

☎ 4523-4657 / 4523-4575

✉ ver.fernandobardi@camarajundiai.sp.gov.br

Gustavo Martinelli (PSDB)

☎ 4523-4653 / 4523-4520

✉ ver.gustavomartinelli@camarajundiai.sp.gov.br

José Carlos Ferreira Dias – José Dias (PDT)

☎ 4523-4514 / 4523-4533

✉ zedias@camarajundiai.sp.gov.br

José Galvão Braga Campos – Tico (PSDB)

☎ 4523-4655 / 4523-4518

✉ tico@camarajundiai.sp.gov.br

Júlio César de Oliveira, Dr. – Julião (PSDB) – presidente

☎ 4523-4508 / 4523-4509

✉ juliao@camarajundiai.sp.gov.br

Leandro Palmarini – Leandro do Bicho Legal (PV)

☎ 4523-4569 / 4523-4507

✉ leandrodobicholegal@camarajundiai.sp.gov.br

Marcelo Roberto Gastaldo (PTB)

☎ 4523-4581 / 4523-4529

✉ marcelogastaldo@camarajundiai.sp.gov.br

Marilena Perdiz Negro (PT)

☎ 4523-4574 / 4523-4504

✉ marilenanegro@camarajundiai.sp.gov.br

Paulo Sérgio Martins – Delegado (PV)

☎ 4523-4510 / 4523-4502

✉ ver.paulosergio@camarajundiai.sp.gov.br

Roberto Conde Andrade, Pastor (PRB)

☎ 4523-4511 / 4523-4578

✉ pastorroberto.conde@camarajundiai.sp.gov.br

Sílvio Ermani (PV)

☎ 4523-4534 / 4523-4503

✉ silvinho@camarajundiai.sp.gov.br

R. Barão de Jundiaí, 128 – Centro – Jundiaí/SP

Caixa Postal 183 – CEP 13201-010

Fone: (11) 4523-4500 – Fax: (11) 4586-2406 ou 4586-2407

www.camarajundiai.sp.gov.br

Realização:

Prefeitura de Jundiaí
Secretaria de Finanças



Elaboração:

